

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**“Condições, possibilidades e desafios: O  
trabalho do assistente social na Secretaria de  
Habitação de Diadema /SP”**

**Elaine Cristina de Souza, Luciana Figueiredo Barbosa e  
Samanta Cristina de Oliveira**

Monografia apresentada para  
obtenção do Título de Bacharel em  
Serviço Social do Curso de Serviço  
Social da Universidade de Santo  
Amaro – UNISA

Orientadoras:

Professora Mestre Maria Lúcia  
Garcia Mira

Professora Doutora Giuseppina  
Rosária de Grazia

**São Paulo  
2008**

**“Condições, possibilidades e desafios: o  
trabalho do assistente social na Secretaria de  
Habitação de Diadema /SP”**

**Elaine Cristina de Souza, Luciana Figueiredo Barbosa e  
Samanta Cristina de Oliveira**

Monografia apresentada para  
obtenção do Título de Bacharel em  
Serviço Social do Curso de Serviço  
Social da Universidade de Santo  
Amaro – UNISA

Orientadoras:

Professora Mestre Maria Lúcia  
Garcia Mira

Professora Doutora Giuseppina  
Rosária de Grazia

**São Paulo  
2008**

**“Condições, possibilidades e desafios: o  
trabalho do assistente social na Secretaria de  
Habitação Diadema /SP”**

**Elaine Cristina de Souza, Luciana Figueiredo Barbosa e  
Samanta Cristina de Oliveira**

**Monografia apresentada para obtenção do Título de Bacharel  
em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade  
de Santo Amaro – UNISA**

**Data da Aprovação 11/11/2008**

**Banca Examinadora**

---

**Profª Dra. Giuseppina Rosária de Grazia (Orientadora)**

---

**Profª Dra Selma Amaral (Leitora)**

Conceito final: 10

## **DEDICATÓRIA**

Dedicamos este trabalho a todos os trabalhadores do mundo, cuja força de trabalho é explorada pelo capital, e sobrevivem sem mínimas condições de trabalho digno.

Especialmente aos funcionários da Secretaria de Habitação de Diadema/SP que gentilmente nos permitiram pesquisar o seu cotidiano, e também por terem concedido suas trajetórias de trabalho. Sem eles, essa pesquisa não seria possível, oferecemos a todos estes profissionais o que aprendemos em nossa pesquisa e observações.

Dedicamos carinhosamente aos nossos familiares que foram nosso alicerce para que essa pesquisa se realizasse.

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, e acima de tudo, gostaria de oferecer o que sou e o que me transformei e, principalmente, as bênçãos da minha vida, a *Deus*. Obrigada, por nos momentos difíceis da vida o senhor *“não tirou a montanha para eu passar, mas sim me forneceu força para eu subir e descer vitoriosa”*<sup>1</sup>. Obrigada.

Aos meus pais, no qual devo minha vida em todos os sentidos. Todas as palavras que existem seriam insuficientes para expor o quanto agradeço a vocês e os admiro. Obrigada, por me educar da melhor forma possível, principalmente com o exemplo de vida, de resiliência, e pelo incentivo nos momentos difíceis. Sou muito grata a Deus por permitir que vocês fossem meus pais. Gostaria de ser metade do que vocês são na minha vida profissional. Agradeço por me proporcionar essa família maravilhosa e abençoada.

Obrigada, amados irmãos, irmãs, cunhadas, vizinhas queridíssimas, amigos únicos e sinceros, agradeço a todos que me acompanharam nessa longa jornada, e que várias vezes não pude estar com vocês, pois tinha que me dedicar aos estudos, mas mesmo assim tinha certeza que estavam comigo em todos os momentos.

Madrinha, obrigada, pela paciência, amizade e companheirismo. Tenho certeza que a senhora torce pela minha felicidade e sucesso.

Agradeço ao Projeto Sol, por confiar que sou capaz e principalmente no futuro da comunidade. Por Acreditarem que um novo mundo é possível se cada um fizer sua parte, se houver oportunidade de estudar e políticas públicas para a classe menos favorecida. Obrigada, Irmã Ângela e Carlinhos pelos momentos vividos na minha infância e por proporcionar que eu realizasse a faculdade.

---

<sup>1</sup> Frase contida no filme “A procura da Felicidade”

Obrigada, a todos os funcionários da SEHAB pelos ótimos momentos que tive a oportunidade de participar e as experiências que pude observar com todas as assistentes sociais da secretaria. As minhas duas supervisoras diretas, Ana Maria Marcondes Ciryneu e a Mauricléia Soares Santos, obrigada por permitir um aprendizado.

Agradeço profundamente o presente de Deus que é Roberto, meu grande amor, meu companheiro, no qual agüentou pacientemente todos os momentos ruins da faculdade, inclusive quando eu o trocava por livros. Que sempre, e da melhor forma me ajudou, me forneceu o ombro para chorar, me animando antes das avaliações, e me amando sempre e da maneira mais intensa que já conheci. Muito obrigada Roberto.

Obrigada, aos professores que gentilmente nos possibilitaram um aprendizado, agradeço a professora Selma Amaral que nos ajudou na escolha do tema. Agradeço a minhas duas orientadoras, primeiramente a Maria Lúcia pela sua grande dedicação, reflexões e suas observações críticas e generosas, aprendemos muito com a sua resiliência, você é um grande exemplo de profissional. Obrigada, Pina por ter aceitado orientar no meio do caminho de forma maravilhosa com muitos conhecimentos e paciência. Sem vocês essa pesquisa não seria possível.

Agradeço a minhas amigas do TCC, Elaine e Luciana, obrigada pelos momentos de lutas, desesperos, alegrias, tristezas, conquistas e principalmente pelo aprendizado mútuo, nós conseguimos! Que continue sempre assim, obrigada.

Tenho certeza que essa vitória não é somente minha, mas de todos nós, obrigada, amo todos vocês!!!

Samanta Cristina de Oliveira

## AGRADECIMENTOS

*“Luto por um mundo em que todos os mundos caibam”.*

(anônimo)

Agradeço, primeiramente a DEUS, porque sem ele não teria chegado tão longe. Ele é o grande motivo pelo qual existo. É meu grande amigo, pai e companheiro em todos momentos da minha vida. É quem me mostra o caminho e é quem me faz acreditar que um dia viveremos numa sociedade com equidade e justiça.

Agradeço também, e em especial, a minha grande família, minha mãe, meus irmãos, meus sobrinhos, meus cunhados, que sempre me apoiaram e me incentivaram. Porque, nessa caminhada, houve inúmeros momentos em que achei que era mais fácil desistir de tudo, mas foi por causa deles que continuei na luta, pois cada um deles é para mim, e sempre será, um exemplo de seres humanos dignos, pessoas iluminadas na minha vida e por isso meu amor por cada um deles é infinito. Obrigada por tudo!

Agradeço ao meu pai, que mesmo não estando mais entre nós, sei que sempre torceu por mim no plano espiritual.

Quero fazer um agradecimento especial para minha mãe, que foi meu porto seguro, sempre vou lembrar-me dela esperando por mim tarde da noite, obrigada pelo imenso carinho. A minha irmã Elizete, que foi quem me ajudou a dar o primeiro passo para que esse sonho pudesse virar realidade, na minha vida, ela sempre foi um anjo da guarda.

Agradeço também aos meus amigos, de faculdade, de trabalho, de estágio, pelo carinho, pela amizade, pelo apoio, enfim, por estar ao meu lado, mesmo nos momentos em que não estava bem.

Agradeço imensamente a todos meus professores, que tiveram a generosidade de me passar um pouco de seu conhecimento, cada experiência que vivi dentro da academia vou levar comigo para sempre.

As minhas amigas e irmãs de TCC Samanta Cristina e Luciana Barbosa, duas criaturas incríveis, que me ensinaram muito e que eu serei grata pelo resto da vida.

Agradeço também ao Programa Escola da Família, que permitiu que eu realizasse esse sonho, que muitas vezes eu acreditava ser impossível, obrigada a todos colegas e a comunidade.

Hoje posso dizer que sou uma nova pessoa, e nem todos obrigados do mundo podem retribuir tudo de bom que aconteceu na minha vida. Essa jornada chegou ao fim, mas eu sei que é só o começo de um longo caminho que tenho a percorrer, mas hoje posso dizer que tudo valeu à pena, cada final de semana perdido, cada lágrima, cada sacrifício, porque as vitórias foram muitas também, e a alegria de chegar até aqui é indescritível.

Enfim, agradeço ao Serviço Social, que é uma profissão muito importante para nossa sociedade e que merece todo meu respeito e admiração.

Elaine Cristina de Souza

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por dar-me a oportunidade de trilhar este caminho tão importante em minha vida, adquirindo conhecimento, edificando-me enquanto pessoa.

Depois a minha família, pessoas indispensáveis em minha vida. Principalmente aos meus pais, minha base. Estes cuidaram, educaram, me ensinaram, direcionaram rumo a tudo o que sou. À minha mãe, dedicou-se com muita paciência, usando de palavras de apoio, acreditando sempre em meu potencial. Ao meu saudoso pai, agradeço imensamente por tudo que fez por mim em vida. As minhas irmãs Andresa e Daniela também estiveram comigo em toda minha trajetória, estimulando e me fortalecendo. Ao Marcelo, meu cunhado, me impulsionou demonstrando minha capacidade para futuramente ser uma grande profissional.

Aos amigos do Centro Espírita José Tibúrcio da Silva, sempre com palavras positivas, fortalecendo minhas energias espirituais.

Ao grupo desta pesquisa, pessoas que jamais vou esquecer. A Elaine uma amiga incrível, muito doce, inteligente. Impulsionou-me nos momentos mais difíceis e compartilhou nos momentos felizes. E a Samanta, uma pessoa maravilhosa, cativante, amiga, quando pedia seus conselhos sempre tinha a palavra certa. Ambas me ajudaram a edificar meus conhecimentos e juntas crescemos em todas as fases deste trabalho.

Aos meus amigos de sala de aula, cada um com sua peculiaridade, transmitiram sua amizade e juntos vencemos todos os obstáculos existentes nesta trajetória.

Aos sujeitos de pesquisam do Programa de Urbanização de favelas que se dispuseram a nos passar o seu conhecimento e sua trajetória na atuação

na Secretaria de Habitação de Diadema/SP, compondo de forma muito importante esta pesquisa.

A Equipe do Programa Tá Bonito, que também faz parte da Secretaria de Habitação de Diadema/SP e meu campo de estágio, Toninho, Claudia, Cristina, Lívia, Dominique, mas principalmente a minha supervisora Miriam, uma pessoa humana, sensível, uma grande profissional. Enquanto pessoa me ensinou a valorizar minhas qualidades, enquanto profissional me fez entender a profissão na prática com compromisso, sempre fundamentando-se no código de Ética da profissão.

Aos professores desta graduação, que me ensinaram o Serviço Social com dedicação e compromisso.

E, por fim, à Maria Lucia Garcia Mira, a Giuseppina Rosária de Grázia e a Selma Amaral, agradeço por terem acompanhado o meu grupo de pesquisa orientando por vezes com muito carinho, mas também com muitas críticas relevantes ao trabalho. Assim conseguimos concretizá-lo com muito esforço, trabalho e dedicação.

Luciana Figueiredo Barbosa

## RESUMO

Tendo como pano de fundo o trabalho, esta pesquisa preocupou-se em compreender as condições de trabalho do assistente social na Secretaria de Habitação do Município de Diadema. Com o intuito de desvendar de que forma esse profissional vai atuar diante dos limites da instituição em contraponto ao Código de Ética profissional. Deste modo, este trabalho se propôs a entender os fatores que condicionam ou interferem nas condições de trabalho do assistente social, no Programa de Urbanização de Favelas. Para isso foi abordado inicialmente no Capítulo I, o trabalho, as metamorfoses ocorridas nessas relações e como todo esse contexto histórico influencia até os dias atuais a vida de cada trabalhador. E também entender como é o trabalho do assistente social e igualmente a Política Habitacional Brasileira. O Capítulo II, teve como enfoque a dinâmica da Secretaria de Habitação, buscando entender como o Serviço Social desenvolve suas ações dentro dessa instituição, diante dos limites institucionais verificados numa determinada secretaria municipal, da carência da população, em especial, em relação à habitação. Para tanto, foi feita uma pesquisa sobre a Política Habitacional de Diadema, como foi constituído o histórico do Município, e o desenvolvimento do trabalho do assistente social no Programa de Urbanização de Favelas. No capítulo III, através das entrevistas coletadas com os sujeitos de pesquisa, procurou-se compreender seu trabalho no Programa de Urbanização de Favelas. Foram relatados neste capítulo como são as condições de trabalho, o trabalho em equipe e o planejamento para sua atuação cotidiana. A partir do estudo realizado nessa pesquisa, foi possível elaborar algumas propostas de intervenção por meio das observações realizadas, com o objetivo de sugerir alternativas que visem aprimorar a qualidade das condições de Trabalho na Secretaria de Habitação de Diadema/ SP.

## LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

- Figura I** - Localização do Município de Diadema na Região Metropolitana de São Paulo - Brasil.....47
- Figura II** - Dados Comparativos da Densidade Demográfica da População do Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e Município de Diadema. IBGE 2005.....51
- Figura III** - Mapa temático – Densidade Demográfica por Núcleo Habitacional (Média por Bairro) do Município de Diadema 2006.....52
- Figura IV** - Distribuição Índice de Desenvolvimento Segundo dados do IBGE do Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e Município de Diadema 2000. ....53
- Quadro I**- Indicadores que Compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, Município de Diadema, 2000.....54
- Figura V** - Distribuição dos Núcleos Habitacionais por números Absolutos e Porcentagem do Município de Diadema 2007.....55
- Quadro II** - Distribuição em Números Absolutos e da População Estimada por Números de Favelas do Município de Diadema, 2007.....56

<b>Figura VI</b> - Localização das AEIS I e II Definidas no Plano Diretor de 1994 do Município de Diadema.....	60
<b>Figura VII</b> - Núcleo Habitacional Sant'Ana, 1989.....	63
<b>Figura VIII</b> - Abertura de Travessa no Núcleo Habitacional Sant'Ana,1992.....	63
<b>Figura IX</b> - Núcleo Habitacional Vera Cruz, 2000.....	66
<b>Figura X</b> - Obra de Urbanização Vera Cruz – Canalização de Córrego.....	66
<b>Figura XI</b> - Núcleo Habitacional Yamberê - Antes do Processo de urbanização 1997.....	67
<b>Figura XII</b> - Núcleo Habitacional Yamberê - Durante o Processo de Urbanização, 2007.....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABCD:** Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema;

**ABCDMRR:** Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra;

**AEIS:** Áreas Especiais de Interesse Social;

**BNH:** Banco Nacional de Habitação;

**CBASS:** Congresso Brasileiro de Serviço Social;

**CDRU:** Concessão do Direito Real de Uso;

**CLT:** Consolidação das Leis Trabalhistas;

**ECA:** Estatuto da Criança e Adolescente;

**EUA:** Estados Unidos da América;

**FGTS:** Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

**FHC:** Fernando Henrique Cardoso;

**FUMAPIS:** Fundo Municipal de Apoio à Habitação de Interesse Social;

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

**IDH:** Índice de Desenvolvimento Humano;

**IPVS:** Índice Paulista de Vulnerabilidade Social;

**KM<sup>2</sup>:** Quilometro quadrado;

**LOAS:** Lei Orgânica da Assistência Social;

**LOS:** Lei Orgânica da Saúde;

**M<sup>2</sup>:** Metro quadrado;

**MDDF:** Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados;

**MDU:** Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

**ONGs:** Organizações Não Governamentais;

**PCCS:** Plano de Carreira, Cargos e Salários;

**PMD:** Prefeitura Municipal de Diadema;

**PNAD:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios;

**PNAS:** Política Nacional de Assistência Social;

**PUC-SP:** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

**RH:** Recursos Humanos;

**SEADE:** Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados;

**SEHAB:** Secretaria de Habitação do Município de Diadema;

**SEH DU:** Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano;

**SFH:** Sistema Financeiro da Habitação;

**SP:** São Paulo;

**USP:** Universidade de São Paulo.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>I. CAPÍTULO .....</b>	<b>21</b>
<b>1. O Trabalho: significado e contexto .....</b>	<b>21</b>
1.1. Industrialização e trabalho no Brasil .....	28
1.2. Reestruturação do trabalho. ....	31
1.3. O Trabalho do Assistente Social.....	33
1.4. Política Habitacional Brasileira .....	37
<b>II CAPÍTULO .....</b>	<b>43</b>
<b>2. Diadema: Contextualização Histórica .....</b>	<b>43</b>
2.1 Política Habitacional de Diadema .....	51
2.2. Secretaria de Habitação .....	58
2.3. O Assistente Social.....	64
<b>III CAPÍTULO .....</b>	<b>70</b>
<b>3. Como se Construiu a Análise dos Dados .....</b>	<b>70</b>
3.1. Condições de Trabalho do Assistente Social.....	72
3. 2. O Trabalho em Equipe.....	80
3.3. Como se Estabelece o Planejamento no Programa de Urbanização de Favelas .....	84
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>91</b>
<b>5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO .....</b>	<b>96</b>
<b>6. ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa buscou-se compreender os fatores que condicionam ou interferem nas condições de trabalho do assistente social, no programa de Urbanização de Favelas na Secretaria de Habitação do Município de Diadema /SP

Para o homem em seu cotidiano, a palavra trabalho pode ter vários significados, sendo sacrifício, sofrimento e luta, e ao mesmo tempo, satisfação, autonomia e realização.

O trabalho também pode ser entendido como o processo em que o homem transforma a natureza criando um produto, o qual irá suprir suas necessidades. Nesse processo realiza a ação sobre a matéria, idealizando o planejamento com intenção de atingir seus objetivos.

Para a história da humanidade, o trabalho é de suma importância, pois é através deste que o homem supre suas necessidades como alimentação, vestuário, moradia, entre outras.

Mas, em relação ao trabalho, o que verificamos é que na sociedade contemporânea essa categoria vem sofrendo uma crise na sua estrutura, o que tem ocasionado o aumento do desemprego e do trabalho informal. O resultado desse quadro é a ampliação da precarização. Os altos índices de desemprego favorecem os baixos salários, e o trabalho informal destrói direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Em sentido contrario, vivemos um momento em que o Estado tem se afastado cada vez mais do social, deixando nas mãos do capital o destino de milhares de trabalhadores. A implantação das políticas neoliberais delimitam as condições de trabalho dos profissionais de uma forma geral, e o Serviço Social se inclui nessa conjuntura.

Em relação ao assistente social, vale ressaltar que este profissional atua no acesso da população às políticas sociais entre as quais se destaca a política habitacional, e que por ter como objeto de trabalho a questão social, esse profissional passa a ter reconhecimento para aplicação dos programas sociais.

Para compreender as contradições e as metamorfoses da sociedade o assistente social possui respaldo em três instrumentos básicos.

O primeiro é a formação acadêmica que lhe dá subsídio para a sua atuação, bem como, para a compreensão da realidade social. O segundo é o Código de Ética da profissão, que determina as regras de conduta para sua ação, este dispõe, entre outros princípios que o profissional deve ter: “*o compromisso com a qualidade dos serviços, prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional*”<sup>2</sup>.

O terceiro instrumento do trabalho é a instituição na qual trabalha, pois é a partir dela, como salienta IAMAMOTO (2006), que são propiciadas as condições necessárias para o desenvolvimento de seu trabalho. Esses elementos contribuem para a definição da atuação dos assistentes sociais.

Quanto ao campo de pesquisa, o Município Diadema está localizado na região do ABCDMRR<sup>3</sup> paulista e segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), possui uma população de 393.557 habitantes e tem a segunda maior densidade demográfica<sup>4</sup> do país. Na cidade existem 207 núcleos habitacionais, popularmente conhecidos como favelas, nos quais residem um quarto da população do município. Porém, cerca de 78% destes núcleos encontram-se urbanizados em 2008.

A partir dos anos 50, ainda um distrito, Diadema, passou por diversas transformações, com a abertura de estradas para atender a industrialização, que por sua vez, provocou migrações levando o crescimento da região. Tais transformações levaram a mudança de distrito para município<sup>5</sup>, favorecendo o desenvolvimento local.

---

<sup>2</sup> CRESS SP, Legislação Brasileira para o Serviço Social, 2ª Edição, 2006.

<sup>3</sup> São os municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

<sup>4</sup> “Densidade populacional, densidade demográfica ou população relativa é a medida expressa pela relação entre a população e a superfície do território, geralmente aplicada a seres humano(...). é geralmente expressa em habitantes por quilômetros quadrado.”

<sup>5</sup> Em 1959 foi emancipado o município de Diadema, porém só foi reconhecido oficialmente no dia 10 de janeiro de 1960, com a posse do primeiro prefeito, vice-prefeito e vereadores.

O crescimento populacional aumentou a procura por moradia. A dificuldade de conseguir a casa própria, pela demanda maior que a oferta e pelos altos custos da terra, levaram a ocupações irregulares de terrenos públicos e particulares. Em função da busca por direito à moradia, surgiram na década de 80 os movimentos populares, objetivando melhores condições de vida.

Nessa década, o município começou a responder às necessidades das áreas ocupadas por meio do programas de urbanização, para a consolidação do direito à moradia

No atual governo municipal de Diadema, a Secretaria de Habitação operacionaliza a Política Habitacional do município, através de programas habitacionais.

Entre os programas, a Urbanização de Favelas se destina ao trabalho direto com a população em alta vulnerabilidade social, atuando em palafitas, cortiços e áreas de risco. Todavia sua principal intervenção é reordenar as moradias para criar vias de acesso e implantar redes de infra-estrutura.

Na Constituição Federal de 1988, no artigo 6º, define que a moradia é um direito de todos os cidadãos. E a partir dessa legislação, o desenvolvimento da política habitacional do município de Diadema ressalta nos seus princípios básicos a “garantia da participação popular na gestão, transparência nas ações, abordagem coletiva e inclusão social”<sup>6</sup>.

Nesta perspectiva, um dos pressupostos básicos para a implantação da política habitacional no município de Diadema consistiu na criação de mecanismos de **co-gestão** - que ocorre quando Estado e sociedade civil dividem a responsabilidade nas decisões sobre o uso e a implantação dos recursos públicos, pela criação e implantação de projetos - no **controle social** - que consiste na participação da sociedade no acompanhamento e na verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos.

Dentro dessa estrutura, segundo o Plano de Trabalho, o assistente social atua no planejamento, gerenciamento, implementação. E também realiza levantamento e cadastramento da população a ser atendida, discute com a

---

<sup>6</sup> DIADEMA, Política Habitacional (gestão 2001 a 2004), p. 35.

população critérios para priorização de atendimento, subsidia a população para a organização em comissão e associação de moradores, estimula o uso dos espaços comunitários e executa o processo de avaliação das intervenções junto à demanda atendida.

Deste modo, o interesse pelo tema surgiu a partir de indagações feitas pelas autoras, observando o campo de estágio, sobre o contexto de trabalho dos assistentes sociais em um determinado órgão público. Buscando compreender os aspectos do trabalho desse profissional, que atua no atendimento direto a população, às condições de trabalho propostas pela instituição, as respostas dadas à demanda. Essa análise se mostrou um desafio, ao observar como o assistente social lida com as condições concretas de trabalho.

Visto isso, partiu-se da hipótese de que as condições pouco adequadas de trabalho do assistente social no Programa de Urbanização de Favelas da Secretaria de Habitação em Diadema influenciam negativamente as ações profissionais no enfrentamento das expressões da questão social

Partindo desse pressuposto, foi utilizada a pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados quatro assistentes sociais, um arquiteto e um engenheiro trabalhadores do Programa de Urbanização de Favelas.

Na análise dos dados foram verificadas as condições de trabalho do assistente social, no Programa de Urbanização de Favelas, sendo levantados itens relevantes como o relacionamento entre a equipe e como se estabelece o planejamento.

A partir das informações coletadas verificou-se que a realidade social na sociedade brasileira, especificamente, no Município de Diadema devem ser decifradas para possibilitar ao assistente social encontrar estratégias de enfrentamento constituídas coletivamente, no seu local de trabalho, estando sempre atento aos desafios profissionais.

Porque o profissional enfrenta no seu local de trabalho as demandas que lhe chegam da realidade social injusta, os recursos escassos, a dinâmica institucional e, a sua própria necessidade de capacitação constante para responder aos desafios e possibilidades.

Mediante o exposto, a pesquisa pode contribuir para a sistematização, como também pode vir a contribuir para entender melhor os

desafios e possibilidades da profissão, bem como, as respostas que os profissionais têm constituído em seu cotidiano de trabalho influenciando ou não na atuação cotidiana.

A grayscale photograph of a large, ornate chandelier hanging in a room. The chandelier is the central focus, with multiple tiers and intricate details. In the background, a window with a view of a landscape is visible, and a lamp is on a table to the right. The overall atmosphere is classic and elegant.

## *I Capítulo*

## I. CAPÍTULO

“Para que um dia todos tenham direito ao trabalho, mas que ele seja prazeroso, fonte de realização, e libere o tempo suficiente para que o ser humano se desenvolva em todas as dimensões<sup>7</sup>”.

(De Grazia, 2008).

O presente capítulo contém uma explanação sobre o mundo do trabalho e as metamorfoses ocorridas nas relações de trabalho em determinados momentos históricos. Busca-se mostrar ao leitor como o mundo do trabalho passou por diversas transformações e como todo esse contexto histórico influencia até os dias atuais a vida de cada trabalhador. Por fim, será abordado o trabalho do assistente social dentro desses aspectos e como todas as transformações ocorridas também atingem a esse profissional de forma direta.

### 1. O Trabalho: significado e contexto

Na língua portuguesa, a palavra trabalho se originou, muito provavelmente, do Latim *Tripalium*, ou Tripalho, que, conforme ALBORNOZ (2000) era um instrumento de três paus aguçados, utilizados pelos agricultores na lavoura para bater o trigo e o milho e rasgá-los. Mas esse instrumento também é associado a um instrumento de tortura.

---

<sup>7</sup> Dedicatória da autora no livro “*Tempo de trabalho e desemprego: redução de jornada e precarização em questão*” para a pesquisadora Samanta Cristina de Oliveira.

Para a vida humana, em seu cotidiano, a palavra trabalho pode ter vários significados, algumas vezes carregados de emoção, que traduzem ao trabalhador sacrifício, sofrimento e luta, mas, em outros momentos, satisfação, autonomia e realização.

Assim, o trabalho realiza-se através de um processo, em que o homem atua sobre a natureza, transformando-a e obtendo um produto para que possa suprir suas necessidades. Para isso, antes da sua ação sobre a matéria, o homem planeja de que forma deve agir para alcançar seus objetivos.

Diferentemente do animal, o homem não age por instinto, mas cria em sua mente antecipadamente, o que vai construir. Dessa forma define seus objetivos, cria os instrumentos necessários para sua atividade e os meios para realização, construindo através de um processo de trabalho, no qual produz o que lhe é necessário. *“O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na sua mente sua construção antes de transformá-la em realidade.”* (MARX, 1997, p. 202).

Por meio dos instrumentos o homem vai operar as transformações na matéria-prima. Os instrumentos utilizados na produção são possíveis nos diferentes momentos históricos.

Na história da humanidade, o trabalho sempre significou o meio essencial de inserção social e de sobrevivência, pois é através dele que o homem obtém as condições necessárias para a vida (alimentação, vestuário, moradia, entre outras).

Referente à inserção social, IAMAMOTO observa que é no trabalho que o homem opera transformações na natureza. Sendo ele um ser pensante, então, o trabalho, além de servir como meio de sobrevivência para o homem, através dele é que o homem vai desenvolver suas capacidades, dessa forma o trabalho além de ser um meio de sobrevivência, representa também a busca do homem por dignidade e respeito dentro da sociedade em que vive.

Por meio do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas. (IAMAMOTO, 2006, p.60)

Estudando o trabalho em determinados períodos da história, podemos verificar que dependendo do período e da cultura, o trabalho possui significados diferentes.

Na Grécia Antiga (776 a.c a 323 a.c) o ócio era valorizado. O homem livre, morador da cidade, era o cidadão que poderia pensar sobre a filosofia e a ética e ocupar o espaço público para discutir a política. Conforme KAUFMANN (2002) na Grécia Antiga, o trabalho era uma atividade desvalorizada, tida como algo penoso, sendo executado exclusivamente pela mulher e pelo escravo.

Na Europa, no período da Idade Média, é possível notar que o trabalho também não era valorizado. Foi o período do surgimento do feudalismo, que conforme OLIVEIRA (1998) teve duas etapas, a primeira que compreendeu do século IV ao IX, para a organização do sistema, e a segunda etapa foi do século X ao XII.

Uma das características deste período era a guerra, pois era uma das principais formas de obter poder. Deste modo, os senhores feudais envolviam-se em guerras para aumentar suas terras e, conseqüentemente, seu poder. Enquanto isso os camponeses tomavam conta de suas terras e também dos trabalhos existentes, mas não obtinham nenhum reconhecimento pelo seu ofício, pois o trabalho manual não era valorizado.

Na Idade Média não havia uma diferenciação entre a realização do trabalho e a vida doméstica, pois o mesmo era realizado na própria casa com a cooperação de toda família.

OLIVEIRA (1998) ressalta que a economia feudal baseava-se principalmente na agricultura. Assim, o camponês trabalhava exclusivamente na terra de seu senhor. Grande parte da sua produção destinava-se ao dono da terra.

Conforme ALBORNOZ (2000), foi através do trabalho realizado nos feudos que surgiram as primeiras noções de propriedade e de produto

excedente. O dono da lavoura se intitulava dono também da propriedade, por torná-la produtiva. Da mesma forma, o produto da lavoura também lhe pertencia. Dessa forma, “ [é] do trabalho sobre a terra que se origina a riqueza que vai incentivar o desenvolvimento do trabalho artesanal.” (ALBORNOZ, 2000, p. 19).

Ocorre também nessa época o fato de que alguns homens expulsos dos feudos começaram a produzir em outras regiões. E as sobras da produção eram comercializadas. Para ALBORNOZ, “O comércio e as manufaturas proporcionam uma fonte de riqueza que não depende mais diretamente da propriedade da terra, embora dependa indiretamente do gasto excedente agrícola”. (ALBORNOZ, 2000, p.20).

Através do comércio dos produtos excedentes, que avançou por toda Idade Média, surgiu uma nova classe, a burguesia. Devido à troca dos produtos por dinheiro, os burgueses, moradores dos burgos, começaram a acumular riqueza e a contratar trabalhadores para a produção. Assim o trabalho humano continuava subordinado aos detentores do poder.

Na fase pré-capitalista, ocorrida na Idade Média, o comércio se transformou em fonte de riquezas. Através das grandes navegações inicia-se o que vai ser denominado como período mercantilista. A expansão marítima possibilitava o intercâmbio com outras regiões e assim expandiram-se as relações comerciais para além dos pequenos feudos.

Já na Idade Moderna, foi um momento de grandes transformações culturais, sociais, econômicas, políticas e religiosas marcadas pelo movimento Renascentista<sup>8</sup>. Deu-se o nome de Renascimento ao movimento de renovação intelectual ocorrido na Europa dentro da transição do feudalismo para o capitalismo, ou, a passagem da Idade Média para Idade Moderna. É na Idade Moderna que se configurou o que ficou denominado como a primeira fase do modo de produção capitalista, sistema que pode ser dividido em três fases, e

---

<sup>8</sup> Deu-se o nome de Renascimento ao movimento de renovação intelectual ocorrido na Europa dentro da transição do feudalismo para o capitalismo, ou, a passagem da Idade Média para Idade Moderna. A transição do feudalismo para o capitalismo corresponde cronologicamente ao período compreendido entre os séculos XIV-XV e XVIII-XIX. Durante esse período assiste-se à crise geral do feudalismo na Europa ocidental, na medida em que determinadas formas históricas avançam para a consolidação do capitalismo. Essa longa transição se deve ao fato de que o capitalismo não se impõe simultaneamente a toda a Europa. OLIVEIRA (1998)

que vai ser fator determinante para grandes transformações na vida dos trabalhadores.

A segunda fase do capitalismo, que ocorreu na segunda metade do século XVIII, foi o período da Revolução Industrial<sup>9</sup>, em que sucederam grandes transformações no modo de produzir, com o surgimento da máquina a vapor e do tear mecânico. Devido ao crescimento do comércio presente, houve a necessidade de mudar a forma de produzir, substituindo assim parte do trabalho humano pela máquina.

No que se refere à Revolução Industrial, cabe salientar que é difícil obter uma data precisa de seu início, já que esse processo já ocorria em vários países, que buscavam formas de aumentar sua produtividade. Mas foi na Inglaterra no final do século XVIII que ocorreu, com maior velocidade, a grande transformação no modo de produzir:

[A pré-história da Revolução Industrial] pode ser traçada, dependendo do gosto do historiador e do seu particular interesse, até cerca do ano 1000 de nossa era, se não antes, e tentativas anteriores de alçar vôo, desajeitadas como as primeiras experiências dos patinhos, foram exaltadas com o nome de “revolução industrial” – no século XIII, no XVI e nas últimas décadas do XVII. A partir da metade do século XVIII, o processo de acumulação de velocidade para partida é tão nítido que historiadores mais velhos tenderam a datar a revolução industrial de 1760. Mas uma investigação cuidadosa levou a maioria dos estudiosos a localizar como decisiva a década de 1780 (...) (HOBSBAWN, 1997, p.44).

Com a Revolução Industrial ocorreu uma considerável migração de trabalhadores da área rural para as cidades, em que começavam a surgir às primeiras indústrias. Os trabalhadores ou operários, nas áreas urbanas iriam viver em condições precárias, morando em cortiços e tendo uma jornada de trabalho massacrante. Tanto homens, como mulheres e crianças trabalhavam, para ganhar salários baixíssimos.

---

<sup>9</sup> “A Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e encerrou a transição entre feudalismo e capitalismo. OLIVEIRA (1998) salienta que “caracterizada pela evolução tecnológica aplicada na produção e a conseqüente revolução nos processos de produção e nas relações sociais (...)” (OLIVEIRA, 1998. p. 75).

Para dinamizar a produção, ocorreu a divisão do trabalho<sup>10</sup>, e como consequência, o trabalhador começou a se distanciar cada vez mais do produto final.

Podemos observar que dentro do sistema capitalista a Revolução Industrial teve grande influência, pois causou grandes transformações no modo de produzir.

Conforme já mencionado no início desse capítulo, é através do trabalho que o homem se diferencia dos outros animais, pois age de forma racional e consciente. No entanto, com advento do capitalismo industrial, o processo de trabalho se tornou algo penoso e alienado. Uma prática vazia, em que o trabalhador cada vez menos irá interferir no produto final. Se antes o trabalhador era o criador, aquele que transformava a natureza, agora ele só participa de um processo pré-construído e determinado.

Com a chegada da Idade Contemporânea (século XIX aos dias atuais) o trabalhador continuou sendo alvo da exploração do capital e de uma classe dominante. E, nessa perspectiva, um dos maiores pesquisadores sobre o assunto foi KARL MARX, intelectual alemão, que teve grande participação no movimento operário do seu período. A corrente marxista se tornou fonte de inspiração e estudo de vários pesquisadores até os dias atuais, para compreender o mundo do trabalho.

Para MARX (1997), o trabalho é algo vital à vida humana, pois possibilita a socialização do homem e também sua emancipação. É através do trabalho que o homem transforma não só a natureza, a sociedade em que vive, e a si próprio. Refere MARX sobre o trabalho:

[...] como criador de valores de uso, como trabalho útil, [o trabalho] é indispensável à existência do homem. Quaisquer que sejam as formas de sociedade é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e natureza (...). (MARX, 1997, p.50).

---

<sup>10</sup> Segundo OLIVEIRA (1998) a divisão do trabalho “é a distribuição de tarefas na produção social”. Segundo Marx, a divisão do trabalho “manifesta-se também no seio da classe dominante como divisão do trabalho físico e intelectual [...]”. Distinguem-se dois tipos de divisão do trabalho: a divisão técnica e a social. A divisão técnica é aquela que leva ao produto final depois de ele ter passado por diversas etapas no processo de produção e se destina ao aumento da produtividade do trabalho. A divisão social é aquela em que os trabalhadores desempenham diferentes funções na sociedade (funções econômicas, ideológicas e políticas). (OLIVEIRA, 1998. p. 86).

Segundo HOBBSAWN (1995), outro fato marcante na história do trabalho, ocorreu no período da Grande Depressão, que iniciou após I Guerra Mundial e terminando apenas com a II Guerra Mundial. Esse período foi marcado por altos índices de desemprego. Foi o período mais longo de recessão ocorrido no século XX, em que aconteceu uma queda da produção industrial e um aumento drástico das taxas de desemprego. Um período de muito sofrimento para aqueles que dependiam do trabalho para sobreviver, pois como esse período teve uma duração muito longa, um grande número de trabalhadores já não tinha mais formas de manter-se.

Foi devido a essa conjuntura, que os Estados Unidos da América e, principalmente, os países europeus utilizaram a teoria do pleno emprego como uma estratégia para reestruturar sua economia, teoria criada por John Maynard Keynes. (HOBBSAWN, 1995)

Com a expansão da indústria, surgiu o taylorismo/ fordismo<sup>11</sup>, modo de produção baseado na padronização dos maquinários e produtos. Caracterizou-se pela produção e consumo em massa, racionalizando as tecnologias e fortalecendo a divisão do trabalho. Devido às suas características, acabou tornando-se um modelo muito rígido de produção.

Esse modelo propiciou ainda maior alienação do operário diante do processo de trabalho. Dentro das grandes linhas de produção, o trabalhador executava somente uma função, sem ter conhecimento de todo processo de produção.

Conforme HOBBSAWN (1995) após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, as economias enfraquecidas pela guerra, se reergueram sob o domínio dos EUA e mantiveram-se em expansão por quase três décadas. As políticas econômicas destinadas a assegurar o pleno emprego possibilitaram o crescimento dos níveis de emprego.

---

<sup>11</sup> O fordismo/ taylorismo é a aplicação dos métodos tayloristas no modelo de produção em massa idealizado por Henry Ford (1863-1947). O processo de trabalho se dá através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; produção em série, e através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista; pela existência da fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de grandes unidades fabris; pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. ANTUNES (1998)

Vale ressaltar que a Segunda Guerra Mundial foi um acontecimento que interferiu na vida política e econômica de todos os países. O Brasil passava pelo regime ditatorial, o Estado Novo, e a política getulista, que ora apoiava o nazismo, ora apoiava os Estados Unidos.

As ações realizadas pelo então presidente da república Getúlio Vargas, o levou a ser idolatrado pela população mais pobre, porque foi através dele que o trabalhador teve o salário mínimo como um direito, e todas as leis trabalhistas foram consolidadas, transformando-se no que hoje conhecemos como a CLT.

Dessa forma o país foi se desenvolvendo industrialmente e o número de vagas de trabalho se ampliaram nas metrópoles, ocasionando um adensamento populacional.

No próximo item vamos abordar mais especificamente sobre o processo de industrialização no Brasil e dessa forma compreender como o trabalho se configurou.

## **1.1. Industrialização e trabalho no Brasil**

No Brasil, a industrialização teve um desenvolvimento tardio, em relação ao resto do mundo e totalmente dependente dos modelos estrangeiros. Enquanto que nos países centrais, já no final do século XVIII emergia a Segunda Revolução Industrial, no Brasil somente no final do século XIX é que se instalaram as primeiras indústrias têxteis, com uma tecnologia mais simples. Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil possuía poucas indústrias, a maioria voltada para a produção de bens de consumo não duráveis (alimentos, vestuários etc.).

Em relação às leis de proteção ao trabalhador, registra-se no ano de 1943 a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas - Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), que foi uma grande conquista relativa a direitos sociais trabalhistas no país. Vale ressaltar que os direitos sociais trabalhistas só foram garantidos devido às lutas e reivindicações da classe trabalhadora.

Contudo, esse direito mostra-se, muitas vezes, como um favor. Um bom exemplo foi à forma que os trabalhadores reconheceram a CLT no governo de Getúlio Vargas, que a partir dessa legislação ficou popularmente conhecido como “Pai dos Pobres”. É nesse cenário, entre favor e direito, que são configuradas as políticas sociais no Brasil.

Na década de 60, período da ditadura militar, amplia-se algumas políticas sociais de proteção ao trabalhador, entre elas, conforme MOTA (2000), a unificação do Instituto Social no Instituto Nacional de Previdência, e a inclusão dos trabalhadores autônomos e rurais nas políticas trabalhistas.

Já na década de 70 (nos países centrais – no Brasil o desemprego se amplia nas décadas de 80 e 90) o desemprego toma proporções cada vez maiores com o avanço da industrialização e da terceira revolução que trouxe uma substituição da mão-de-obra humana pela tecnologia, mas principalmente devido à reestruturação produtiva e à adoção das políticas neoliberais.

A tendência geral da industrialização foi substituir a capacidade humana pela capacidade das máquinas, o trabalho humano por forças mecânicas, jogando com isso pessoas para fora dos empregos. [...] O crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam, não voltariam jamais. (HOBSBAWN, 1995, p. 402)

Nessa década começa a se discutir a redução das horas de trabalho, como forma de combater o desemprego, que oprimia a classe trabalhadora. Essa estratégia buscava aumentar o número de oferta de emprego. Conforme DE GRAZIA salienta:

A retomada da proposta de redução do tempo de trabalho no meio sindical, a partir dos anos 1970, e a implementação de avanços concretos, mesmo que pontuais, em algumas empresas, setores ou países, ocorreram paralelamente ao surgimento de inúmeros estudos desenvolvidos tanto para subsidiar as lutas dos trabalhadores como para mostrar o impacto da medida na criação de empregos (com resultados os mais diversos), nos custos do trabalho, na produtividade, na capacidade competitiva das empresas, etc. (DE GRAZIA, 2007, p.23)

Assim, em relação ao cenário internacional, várias correntes de pensamentos, como a keynesiana, a socialista, a marxista, entre outras, se

uniram para discutir as transformações que estavam ocorrendo no mundo do trabalho.

No Brasil, já nos anos 80, houve uma estagnação do crescimento econômico, o que levou ao aumento da precarização das relações de trabalho. Observou-se o crescimento da pobreza e da exclusão social, assim como a formulação de uma estrutura de mercado de trabalho cada vez mais precarizada. Mas esta década também foi marcada pela retomada dos movimentos sindicais, que lutavam por melhores condições de trabalho e salário.

Apesar do desemprego em crescimento do período, o Estado com a promulgação da Constituição Federal de 88, pela primeira vez na história do país se posicionava como responsável pelo social, porém na década de 90, o país ingressou na política neoliberal, passando a responsabilidade social para a sociedade civil. Assim avançam as ONGs, organizações não governamentais - sem fins lucrativos - e as empresas privadas começam a colocar no seu quadro de ações a responsabilidade social, o que IAMAMOTO vai denominar como “filantropia do grande capital”.

Mas, cabe salientar, que esses espaços de trabalho surgidos nas ONGs apesar de ter possibilitado um novo espaço de trabalho para muitos profissionais, como o Serviço Social, pode-se observar que essa parceria entre Estado e Sociedade civil, contribuiu para o aumento da informalidade e da terceirização dos serviços prestados, que conseqüentemente, aumentou a precarização do trabalho.

Dessa forma, a conquista dos trabalhadores foi fortemente esmagada pela política neoliberal dos anos seguintes. Verifica-se que a partir do início do Governo Fernando Collor de Mello em 1989, bem como, nos dois mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC, que se caracterizou como administrações com modelo neoliberal<sup>12</sup>, que possibilitaram uma competitividade em escala mundial globalizada, que foi ocorrendo de forma subordinada, o que agravou o desemprego trazendo como conseqüência um aumento do exercito industrial de reserva, e do trabalho informal.

---

<sup>12</sup> “A teoria neoliberal se expressa através da hegemonia do capital financeiro, reforça a desigualdade e o empobrecimento. Foca ainda a desregulamentação dos direitos sociais, desemprego em massa, repressão dos sindicatos e redistribuição de renda para os ricos” (BEHRING,2000 apud BOSCHETTI e BEHRING, 2006)

No atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002/2010), que também segue a política neoliberal, observa-se que nos últimos três anos houve uma melhora nesse quadro, conforme dados do IBGE de 2007 a 2008, o desemprego teve uma queda de 1,4% em doze meses, embora não se tenha certeza da sua continuidade, verifica-se através dos índices o crescimento do emprego e a diminuição da pobreza absoluta, incentivada em parte pelos programas sociais de transferência de renda.

No próximo item vamos discorrer sobre as estratégias construídas pelos trabalhadores para o enfrentamento da política implantada na contemporaneidade.

## **1.2. Reestruturação do trabalho.**

ANTUNES (2006) refere que na contemporaneidade, o novo modelo de produção, provocou transformações significativas na subjetividade e na materialidade dos trabalhadores. O sistema vigente impõe uma ideologia em que prevalece o individualismo e a lei da competição. Nesse aspecto, o autor salienta que estas modificações estão relacionadas à precarização das condições de trabalho.

Foi por volta da década de 70, que emergiram os primeiros sintomas de crise no sistema fordista de produção. Alguns países começaram a implantar um novo modelo de produção, o toyotismo<sup>13</sup>, que se caracteriza como um modelo mais flexível em que a fábrica produz conforme a demanda. Esse modelo prevaleceu durante as décadas de 1950 a 1970 no Japão, para depois se expandir pelo mundo. Conforme GOUNET,

O Toyotismo é uma resposta à crise do fordismo nos anos 70. Em lugar do trabalho desqualificado, o operário é levado à polivalência. Em vez de linha individualizada, ele integra uma equipe. No lugar da produção em massa, para desconhecidos, trabalho um elemento para “satisfazer” a equipe que vem depois da sua na cadeia. Em suma, o

---

<sup>13</sup> Toyotismo - Surgido na Toyota no Japão após a II Guerra Mundial, através de Taiichi Ohno, tem como principais características a flexibilização da produção, desperdício zero, implantação de sistemas de controle de qualidade total.

toyotismo elimina, aparentemente, o trabalho repetitivo, ultra-simplificado, desmotivante, embrutecedor. (GOUNET, 1992, p. 25).

No entanto, essa nova fase do capitalismo, que emprega o toyotismo causou grandes transformações da vida do trabalhador.

Dessa forma, o modelo rígido de produção foi sendo substituído gradualmente pelo modelo de produção enxuta, em que produz somente respondendo a demanda.

O trabalhador novamente, como em toda sua história, ficou, e ainda continua, subordinado a interesses dos que detém o poder, mas agora de uma forma mais agressiva, e ao mesmo tempo, mais sutil.

IAMAMOTO acrescenta ainda que parte dessa precarização, a reestruturação do capital, auxilia para aumentar o exército industrial de reserva. Afirma que:

Vive-se hoje a terceira revolução industrial, acompanhada de profundas transformações mundiais. Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolveram uma ampla expulsão da população trabalhadora de seus postos de trabalho. Atualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, desnecessários. Essa é a raiz de uma nova pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não têm mais lugar no mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 2006, p.33)

As conseqüências imediatas dessa fase do capitalismo para o trabalhador são a informalidade, a terceirização, o trabalho precário e o desemprego. ANTUNES (2006) afirma que o trabalhador fica, cada vez mais, “segmentado e polivalente” – tendo que desempenhar várias funções. Tal aspecto provoca acréscimo da produtividade e aumento do lucro.

Os trabalhadores não encontram trabalhos formais e tendem a aceitar outros tipos de contratos de trabalho, que precarizam direitos sociais conquistados historicamente.

Na atualidade, o capitalismo re-estruturado a partir do ideal neoliberal<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> O Ideal neoliberal é uma resposta à crise do capitalismo decorrente da expansão da intervenção do Estado. IAMAMOTO refere que “a proposta não é nova, remontando o seu surgimento aos anos 1940, formulada por Hayek, em seu livro *O caminho da Servidão. Reage contra a política kenysiana, contra a ampliação de funções reguladoras do Estado na vida*

trouxe inúmeras conseqüências para a sociedade. Uma das propostas do ideário neoliberal foi o desmonte das leis trabalhistas e o agravamento do desemprego em massa, devido aos cortes de gastos sociais, exigidos pelo capital.

A política neoliberal opera na forma de desregulamentação das leis trabalhistas com o foco somente na acumulação no lucro financeiro, utilizando-se dos governos e das empresas como mecanismo possível para a garantia de sua ideologia e sua lucratividade.

O Serviço Social é influenciado por essa política neoliberal, pois o Serviço Social é uma *“especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, participa do processo de produção e reprodução das relações sociais”*, (IAMAMOTO, 2006, p.83), que foi influenciado por todo processo histórico do trabalho.

A contemporaneidade traz para o exercício profissional desafios políticos e éticos. O mercado de trabalho da profissão vem se reorganizando para suprir as necessidades vigentes, tanto do profissional como da demanda atendida, dentro da política implantada pelo Brasil. O profissional é desafiado pelo aumento das expressões da questão social, como a violência, a falta de emprego, de moradia. As políticas públicas se tornam cada vez mais insuficientes diante do boom populacional.

No próximo item será discutido o trabalho desse profissional, em especial, na década de 80, que foi um período de amadurecimento dessa profissão e um momento histórico de grandes conquistas a democracia e aos trabalhadores.

### **1.3. O Trabalho do Assistente Social**

No Brasil, a década de 80 foi um período que ocorreram momentos importantes e que foram decisivos para a história da sociedade brasileira, entre

---

*social, em defesa do livre jogo do mercado. O projeto neoliberal surge como uma reação ao Estado do Bem-Estar Social, contra a social democracia.”* (IAMAMOTO, 2006, p.34).

as quais o fim da ditadura, que para o país foi um dos episódios que perdurou por duas décadas, em que a liberdade da população brasileira ficou a revelia de governantes militares.

Essa década, na sociedade brasileira, caracterizou-se por um período de conquistas democráticas, resultado das lutas sociais e das grandes reivindicações da sociedade civil em todas as esferas “(...) *lutas democráticas e reorganização política dos trabalhadores e movimentos populares, nos partidos, sindicatos, associações, instituições culturais e profissionais*” (Barroco, 2004, p. 28).

Também, para a profissão do Serviço Social ocorreram significativas mudanças. Segundo YAZBEK (2000) o Serviço Social conseguiu conquistar a maturidade profissional. De um lado, os assistentes sociais que estavam na academia conseguiram se aproximar da teoria social crítica, e na mesma época, os profissionais que estavam na prática se aproximaram dos movimentos sociais, porque com o ressurgimento desses movimentos, o profissional viu a necessidade de rever sua postura diante da realidade posta naquele período.

Conforme YAZBEK:

No âmbito da adoção do marxismo como referência analítica, que se torna hegemônica no Serviço Social do país a abordagem da profissão como componente da organização da sociedade, inserida na dinâmica das relações sociais participando do processo de reprodução dessas relações (YAZBEK, 2000, p. 26).

Dos anos 80 aos 90, segundo YAZBEK (2000) foi um período de maturação, pois tratava-se do processo de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social.

BARROCO (2004) evidencia que foi possível a construção do projeto ético político da profissão nesse período, pela acumulação do aporte teórico, principalmente através da teoria marxista e também pela conjuntura que tivera a democracia estabelecida na política brasileira.

Os resultados, porém foram sentidos a partir da década de 90, com a aprovação coletiva do Código de Ética e da Lei de Regulamentação, ambos em 1993 e as Diretrizes Curriculares em 1996, e, ainda, a participação e a contribuição dos assistentes sociais na implementação das legislações sociais

como a LOAS, LOS, ECA, Estatuto do Idoso, entre outros, que também se efetiva a partir de 90, na contramão do projeto neoliberal que era implantado no país (IAMAMOTO, 2006)

Estes desdobramentos trouxeram novas exigências para o perfil dos assistentes sociais. Conforme IAMAMOTO (2006)

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa, e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2006, p. 49).

A década de 80 foi realmente um período muito rico (favorável) para o Serviço Social, pois foi um momento em que se atingiu uma maturidade profissional, principalmente no que se refere ao projeto ético político que evidenciou, nos termos de IAMAMOTO (2001), uma maior produção teórica, maior capacidade crítica e maior interlocução com outros profissionais.

Com o aumento dos cursos de pós-graduação e da pesquisa em Serviço Social, a profissão adquire um maior aporte teórico que vai contribuir para construção de profissionais mais qualificados e mais preparados para realidade social.

Assim a busca pelo conhecimento foi colocada como um instrumento de trabalho fundamental para ação profissional a partir das décadas de 80 e 90. Isso ocorreu também devido ao intenso movimento da sociedade e as lutas democráticas que ocorriam naquele período, que impôs ao profissional uma nova postura diante da realidade social apresentada.

A discussão sobre a ética profissional tornava-se pressuposto na capacitação desse trabalhador, sendo um aspecto essencial para o entendimento da realidade, diante dos conflitos éticos que vivencia esse profissional no seu cotidiano e frente aos impasses de escolhas de valores que o assistente social teria que fazer. Diante desse novo pensar do agir profissional a classe começa a se movimentar para uma tentativa de ruptura com o conservadorismo existente no meio profissional.

No entanto, mesmo com a construção de um projeto ético político, o profissional ainda se via com limites quando confrontado com a prática concreta das instituições, local em que possibilitava os meios e o espaço de trabalho, em que assistente social deveria cumprir regras e se adequar aos limites institucionais. Pois sendo esse profissional um trabalhador assalariado, ele tinha sua força de trabalho mercantilizada.

Mesmo sendo inscrito como profissional liberal, ele não possuía todos os meios para realização do seu trabalho, sendo dependente da instituição que o contrata, portanto cabe a afirmação de IAMAMOTO em que coloca que quando o assistente social entra na condição de trabalhador assalariado, ele participa da relação de compra e venda de sua mão de obra, tendo que cumprir as regras pré-determinadas pela instituição contratante.

Embora regulamentado como uma profissão liberal na sociedade, o Serviço Social não se realiza como tal. Isso significa que o assistente social não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho financeiros, técnicos e humanos necessários para o exercício profissional autônomo. Dependendo de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e o contrata. (IAMAMOTO, 2006, p.63)

Mas, mesmo com os limites institucionais, o profissional ainda carregaria alguns traços do profissional liberal, como a existência de um Código de Ética que iria regulamentar a ação profissional, bem como uma relativa autonomia que possibilitaria a esse profissional a criar estratégias de ação dentro da instituição, e por isso IAMAMOTO (2006) viria a afirmar que a instituição não pode ser um obstáculo para ação, sendo uma atribuição desse profissional a utilização de suas habilidades para expandir seu espaço em benefício dos seus usuários, mas sem transgredir as regras da instituição, que é quem o emprega e de quem ele depende para garantir sua sobrevivência. Assim, *“a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o processo de trabalho do qual ele participa”*. (IAMAMOTO, 2006).

Outro aspecto importante a ser observado no trabalho do assistente social é que sua ação não é isolada, necessitando de outros profissionais para a execução de suas ações. E, portanto, o trabalho em equipe faz parte do

cotidiano desse profissional, e pode ser colocada como outra ferramenta fundamental para o agir profissional.

Assim, pode-se afirmar que o assistente social, como qualquer outro profissional, busca através do seu trabalho não só a garantia de sua sobrevivência, mas a realização profissional e pessoal, e por isso ele cria possibilidades de trabalho nos espaços em que possa haver demandas e onde exista questão social<sup>15</sup>, para que possa atuar e intervir.

O Serviço Social definido como trabalho, teria na questão social seu objeto de trabalho, em que o profissional irá intervir nas suas diferentes expressões, atuando em áreas ligadas aos direitos sociais, relacionados diretamente com as políticas sociais discutidas a seguir.

#### **1.4. Política Habitacional Brasileira**

Com o objetivo de garantir o direito de habitação à população, foi preciso uma luta política dos movimentos da sociedade civil. E nesse processo observa-se o trabalho do Assistente social como meio de fortalecer a participação popular, dessa forma cabe entender qual a trajetória da política habitacional brasileira, para que o profissional tenha claro suas atribuições conforme elucida COSTA & LIMA:

a intervenção do Serviço Social, no contexto de ação interdisciplinar, deve ser destacada como âncora para que, a partir das estratégias metodológicas de sua abordagem, a participação popular possa ser tomada, de fato, como um elemento fundamental para que o processo de planejamento urbano seja legitimado. (COSTA & LIMA, 2004, p. 170).

A moradia é um direito básico do homem, pois, representa uma questão de sobrevivência, de abrigo e de proteção. “*O individuo só consegue sentir-se*

---

<sup>15</sup> Segundo (IAMAMOTO, 2006), questão social é a manifestação da desigualdade social que se expressa por meio do desemprego, da pobreza, do abandono, da violência e também a manifestação da rebeldia e da resistência por aqueles que a vivenciam e a ela se opõe.

*cidadão a partir do momento em que se identifica com a cidade onde vive, ou seja, quando seu direito de participar do processo de urbanização é respeitado*". (COSTA & LIMA, 2001, p. 167). É também um direito garantido na Constituição Federal de 1988 no art. 6º.

A Política Habitacional tem história significativa na sociedade brasileira, estando intrinsecamente ligada aos interesses de classes, sua gênese relaciona-se à valorização do solo urbano.

Um dos principais problemas da Política Habitacional no Brasil iniciou-se na década de 30, com as migrações para áreas urbanas de pessoas advindas de áreas rurais, devido ao aumento da industrialização.

Nesses locais as pessoas viviam em condições precárias de moradia, residindo em vilas operárias, geralmente gerenciadas pelas indústrias, ou em cortiços, em que não havia condições mínimas de saneamento básico e infraestrutura.

Essas migrações influenciaram a forma de urbanização da cidade, principalmente, porque os trabalhadores aglomeravam-se em volta do local de trabalho, devido à facilidade de acesso.

Deste modo, o modelo econômico vigente modificou profundamente a vida dos trabalhadores e a moradia. Conforme seu salário o trabalhador passa a possuir, ou não, condição de ter acesso à moradia de qualidade.

SANTOS (2006) salienta que na década de 30, a habitação tornou-se visível perante o Estado brasileiro, bem como, para os empresários, porque ia ao encontro dos interesses do crescimento industrial.

Assim, a moradia torna-se um problema estrutural do modo de produção na sociedade brasileira, como advento da desigualdade social, do crescimento populacional e industrial.

É possível destacar, que na sociedade capitalista, ao invés da habitação ser entendida como direito, é compreendida como mercadoria, tanto na questão da posse da terra quanto do financiamento<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> A terra, pensada no sentido de solo urbanizado que viabiliza a moradia na cidade, ou seja, incluindo infra-estrutura, serviços públicos e equipamentos sociais. E financiamento porque ele é freqüentemente exigido por causa do alto custo para adquirir este objeto de consumo (MARICATO, 1998. p 68 citados por GONÇALVES, 2000).

De acordo com o aumento populacional ocorrido desde a década de 30, a procura por moradia ampliou-se, mostrando a necessidade de ações que viessem minimizar o impacto desta questão na sociedade.

Na década de 40, a inserção do transporte ferroviária e do bonde, facilitou, para uma grande parte da população, as condições de locomoção. No período houve um investimento em casas de aluguel e ainda posteriormente foram instituídos os conjuntos habitacionais. Nessa década o poder público começa a investir em programas de urbanização, como forma de enfrentar o intenso crescimento demográfico devido às migrações ocorridas de trabalhadores que viam nos grandes centros uma oportunidade de emprego e de melhorar suas condições de vida.

Porém os programas habitacionais nos centros urbanos tiveram um perfil segregador, em que buscava a melhoria dos grandes centros, empurrando a população de baixa renda para zonas periféricas. Isso acarretou, já na década de 50, um fluxo migratório que foi uma das causas para o processo de favelização.

Nos anos 60, a favela, de uma certa forma, passou a sofrer disputas de interesses, como processos judiciais em que normalmente era favorável aos proprietários. Outro aspecto interessante dessa década é a ocupação desordenada dos espaços urbanos, levando ao poder público a uma intervenção mais intensa na questão da habitação.

Nesse período marcado pela ditadura militar, o governo iniciava um processo de criação de políticas compensatórias, ou seja, ações que pudessem amenizar o impacto social da questão da moradia e também manter o regime de repressão social.

Dessa forma, em 1964 é criado o Banco Nacional de Habitação – BNH, como estratégia para questão da moradia no país, tendo como objetivo principal atender a população mais vulnerável através de captação de recursos por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho FGTS.

O BNH através do SFH - Sistema Financeiro de Habitação tentava impulsionar a construção civil, mas ao invés de garantir às famílias de baixa renda acesso a conquista da casa própria, devido uma decisão política, é orientado a privilegiar somente aqueles trabalhadores que recebiam acima de cinco salários mínimos. Conforme exemplifica COSTA e LIMA:

O que de fato ocorreu foi o gasto de vultuosas quantias de dinheiro público no financiamento de casas e condomínios de luxo em áreas já urbanizadas, materializando a verticalização das cidades, enquanto o verdadeiro público alvo do SFH, isto é, as famílias com rendimento variando entre um e três salários mínimos, além de contarem com a menor fatia dos recursos, ainda eram impelidas a morar em conjuntos habitacionais distantes de seus postos de trabalho e de grande parte do contexto urbano. (COSTA e LIMA, 2004, p.165)

Devido sua estrutura, que não conseguiu superar a crise do Sistema Financeiro da Habitação, e também por causa dos altos índices de inflação do país, que o BNH foi extinto em 1986, tendo suas atribuições transferidas a Caixa Econômica Federal, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano – MDU

A incapacidade do poder público em viabilizar acesso à moradia as camadas mais carentes da população, permitiu a produção de um grande crescimento de loteamentos em diversas regiões até então agrícolas, localizados em locais distantes dos grandes centros, marcado por um padrão de ocupação extensiva, em função dos baixos preços da terra, mas com um déficit nos serviços de infra-estrutura básicos, bem como de políticas públicas.

Essa precariedade era causada, muitas vezes, pela irregularidade dos empreendimentos, que não supria exigências mínimas estabelecidas em virtude da baixa capacidade de fiscalização das pequenas Prefeituras.

Assim, a contínua intervenção do Estado para atender a demanda por habitação tornou-se ineficaz ocasionando o agravamento das construções nos grandes centros, construções de casas irregulares e o aumento das favelas. SANTOS (2006)

Um outro aspecto da evolução das favelas está no fato de que nas décadas de 80 e 90 com a forte crise econômica, que provocou aumento do desemprego e o arrocho salarial, trouxe como conseqüência, menor poder aquisitivo ao trabalhador, que teria menos condições de pagar altos alugueis ou de comprar um imóvel, já que o valor da terra aumentaria, se tornando um bem para poucos. Dessa forma, pode-se explicar o aumento das ocupações irregulares, pois sem condições de compra, a camada mais pobre teve que ir a

busca de outras alternativas de moradia. É importante observar a maneira como o solo urbano passou a ser ocupado. Para GONÇALVES, este processo:

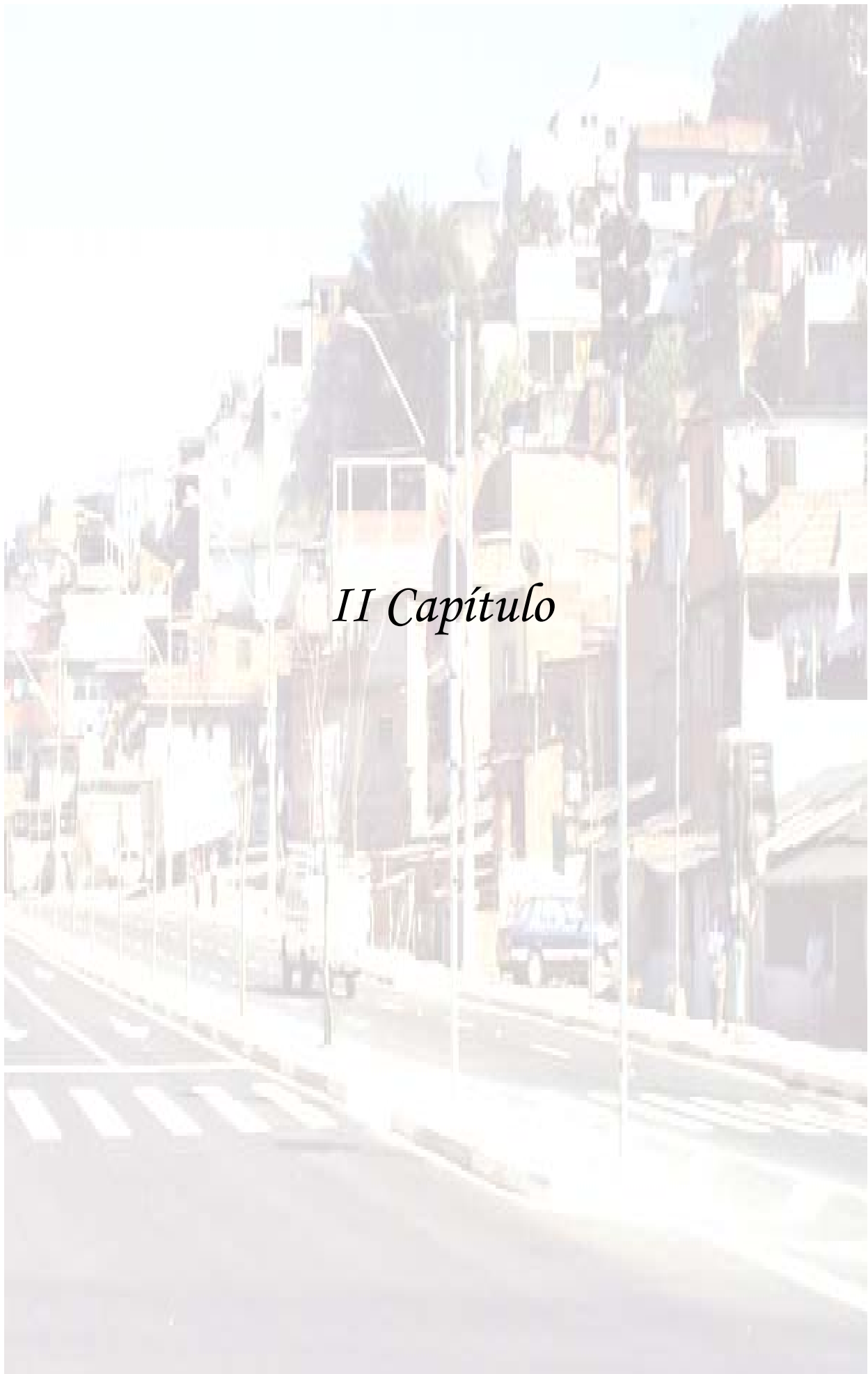
(...) exigiu modificações de espaço urbano de modo que as cidades passaram a apresentar um novo formato. A urbanização se fez presente transformando os modos de utilizar social e economicamente os espaços. A divisão social da cidade trouxe no seu bojo, entre outros fatores, a separação de bairros de acordo com a renda dos seus moradores, a instalação de uma infra-estrutura e de equipamentos coletivos (escolas, igrejas, hospitais, postos policiais e outros). O cerne da questão urbana está relacionado ao consumo de bens e serviços coletivos que são necessários tanto ao processo de produção como à reprodução da força de trabalho e da sociedade de classe. (GONÇALVES, 2000, p. 251

Na década de 90, com a economia mais estagnada e o desemprego crescente, pioraram ainda mais as condições de acesso à moradia. Na grande São Paulo registrava-se quase dois milhões de desempregados, os empregos na indústria caíram pela metade e os salários baixaram em 30%, e como consequência a esse quadro, em grandes metrópoles ocorrem um aumento das favelas, que nessa ocasião vai aumentar dez vezes mais que a população total.

A falta de moradia para os trabalhadores vem historicamente tornando-se um problema de difícil solução. Em 1999 dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios - PNAD registrou um déficit habitacional de 39,5% na região sudeste e de 32,4% no nordeste, regiões que demonstram uma maior parcela de demanda por moradia no Brasil. Segundo esse mesmo instituto em 2000, famílias com renda até cinco salários mínimos, registravam um percentual de 88,2% do déficit habitacional no país.

Como em todas as políticas públicas, a habitação também ocupou o segundo plano na agenda dos governantes.

O Município de Diadema localizado na região metropolitana da Grande São Paulo é um dos exemplos na luta pela ocupação do solo urbano. É também o campo de estudo do objeto de trabalho nesta pesquisa que será abordado no segundo capítulo.



*II Capítulo*

## II CAPÍTULO

Neste capítulo será abordado o campo em que o assistente social trabalha, ou seja, na Secretaria de Habitação em Diadema/ SP, desenvolvendo a sua contextualização histórica do município, como surgiu esse Município e qual sua população. Como se operacionaliza a Política Habitacional do município, baseado-se em suas diretrizes. E como o assistente social atual nesta instituição pública.

### 2. Diadema: Contextualização Histórica

O Município de Diadema está situado na região Sudeste da área Metropolitana da Grande São Paulo, entre os Municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo e compõe a região do ABCDMRR<sup>17</sup>.

**Figura I - Localização do Município de Diadema na Região Metropolitana de São Paulo - Brasil**



Fonte: Acervo da Secretaria de Habitação de Diadema, 2007.

<sup>17</sup> Compõem a região de ABCDMRR os municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Com o desenvolvimento da cidade de São Paulo por volta dos anos de 1920, ocorreu uma grande procura das famílias por áreas de lazer e descanso, devido à paisagem rural. A partir dessa década, acentuou-se a procura dos investidores imobiliários, que passaram a se interessar pela região.

SANTOS (2006) salienta que em 1925 houve a criação da Represa Billings na região do Eldorado, que possibilitou trazer atrativos turísticos, causando grande impacto ambiental e cultural para Diadema.

Segundo GUARDINI (2006), nos anos 40 Diadema era constituído por quatro povoados pertencentes a São Bernardo do Campo: Piraporinha, Eldorado, Taboão e Vila Conceição.

Foi nas cidades localizadas ao longo da ferrovia Santos-Jundiaí, principal via de circulação de mercadorias na época, que ocorreu a expansão industrial paulista até a década de 40, especialmente em São Caetano, Santo André e Mauá.

A partir dessa década, em Diadema, foram instaladas indústrias de micro e pequeno porte, que modificaram e transformaram a vida local da região, acelerando o processo de industrialização e urbanização em toda a região.

A história do Município, porém, aponta que em 1948 com a Lei nº 233 foi criado o Distrito de Diadema, que até então, era uma região que pertencia a São Bernardo do Campo. Apesar do avanço da industrialização, o Distrito nos anos 50 ainda era constituído como um espaço rural, onde a economia agrícola e os pequenos comércios locais compunham a atividade econômica da cidade.

Devido ao avanço das atividades econômicas houve a necessidade de transformar Diadema de Distrito para Município, objetivando o desenvolvimento da região. Em 1959 foi emancipado o Município de Diadema, no entanto, só foi reconhecido oficialmente no dia 10 de janeiro de 1960, com a posse do primeiro Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores. Nessa década, conforme censo do IBGE, o Município apresentava uma população de 12.000 habitantes.

No início da década de 60, Diadema cresceu economicamente com a instalação da indústria automobilística (como as de autopeças, químicas, entre outras). Assim, os Municípios que compunham a região do ABCD destacavam-se por seu perfil fabril/ industrial.

Em São Bernardo do Campo, instalaram-se grandes indústrias multinacionais; e em Diadema, principalmente pequenas e médias empresas nacionais que produziam, muitas vezes, objetos que auxiliavam na produção das multinacionais.

É interessante ressaltar, que o censo do IBGE de 1970 aponta que em dez anos a região cresceu 640%, contando com uma população de 80 mil habitantes.

O aumento da população acarretou uma intensa e rápida ocupação do território em condições precárias de infra-estrutura básica, sendo que as redes de água e esgoto, e eletricidade bem como as políticas públicas de saúde, educação, transporte, cultura, lazer, não foram planejadas e dimensionadas para atender à demanda.

A urbanização de Diadema ocorria em consequência da expansão industrial de São Bernardo do Campo. A indústria automotiva abriu mercado para áreas complementares na cidade, como o setor de autopeças e de embalagens. A indústria logo se transformou no ramo de mais intensa atividade econômica do Município e ainda hoje permanece como setor de destaque.

A participação do Município no produto industrial da região<sup>18</sup> triplicou, *“passando 2,6% para 9,9%, este movimento efetivou de vez a integração de Diadema na conformação do Grande ABCD”*. (SANTOS, 2006, p. 26).

Segundo registros da Prefeitura, o parque industrial foi um dos responsáveis pela instalação da população na região:

A população se instalava na região por causa da expansão do parque industrial da Região do ABC, na década de 60. Residiam no município de Diadema pela proximidade do trabalho e disponibilidade de terra barata. Na década de 70, com a implantação da Rodovia dos Imigrantes, ligando São Paulo ao Porto de Santos, e com a promoção pela prefeitura de incentivos fiscais (isenção de impostos municipais), várias indústrias se instalaram em Diadema, absorvendo a mão-de-obra residente no próprio município. (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA, Gestão 2001-2004, p.12).

Entre as décadas de 70 e 80, a cidade teve seu período de maior expansão urbana. A migração que chegava à cidade vinha principalmente do

---

<sup>18</sup> Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

nordeste do país. Um terço da população vivia em favelas<sup>19</sup>, em condições precárias de vida, Diadema passou a ser conhecida de “cidade dormitório” para “cidade industrial”.

Por esse perfil industrial, Diadema foi palco de várias lutas trabalhista, entre elas a greve de 1989, que teve a participação de 100.000 trabalhadores e que durou 22 dias. Essa manifestação contou com a participação de Luiz Inácio da Silva, que na ocasião era um dos líderes sindicais da região, essa manifestação marcou a história do Município.

VANNUCHI (1989) refere sobre a manifestação de 1989, que foi uma *“greve em defesa da dignidade operária e contra a fome (...) uma greve que representou, mais uma vez, a luta do novo contra o velho”*. (VANNUCHI, 1989, p.9).

Segundo avaliação do sindicato dos metalúrgicos, a maior conquista desta manifestação foi uma reposição salarial de 84,18%, porém houve perdas significativas, como à demissão de mais de 1.000 (Hum mil) trabalhadores.

Os trabalhadores acreditavam que deveriam lutar por uma sociedade mais justa, mais livre e principalmente mais democrática a cada dia, fazendo com que estes, através da reivindicação tivessem maior conscientização política.

VANNUCHI expõe sobre reivindicação:

[para o trabalhador este foi] um momento de construir uma sociedade justa e livre; pressa em reforçar nossa organização em cada fábrica, em cada local de trabalho, em cada bairro; pressa em fazer avançar nossa consciência política e ampliar nossa intervenção nas grandes decisões nacionais; pressa em fazer de cada companheiro um indivíduo consciente, sujeito da história. (VANNUCHI,1989.p 152)

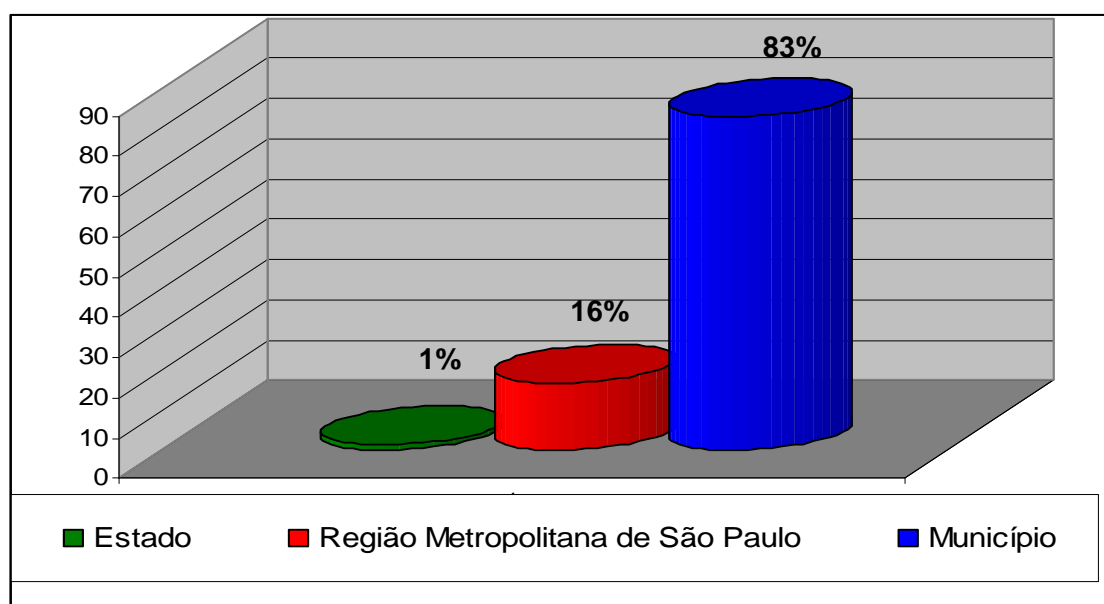
---

<sup>19</sup> Entende-se por favelas os aglomerados de barracos, palafitas, cortiços que estão em áreas públicas ou privadas que residem em casas inadequadas. São regiões urbanas de qualidade de vida precária, no qual os moradores possuem problemas financeiros. RODRIGUES salienta que as favelas surgiram “no Rio de Janeiro logo após a Guerra de Canudos em São Paulo por volta da segunda Guerra Mundial. Começam, no entanto, a ser mais “visíveis” quando se expande o processo de industrialização-urbanização. A partir da década de 50 passam a ser reconhecidas como problema.(RODRIGUES, 1991.p 37).

Ainda, referente à favela KOWARICK ressalta que mesmo os moradores que vivem em condições subumanas desenvolvem, muitas vezes, “organizações de reivindicações e autodefesa que levam à consolidação dos aglomerados e, em alguns casos, chegam a resistir às forças econômicas e políticas no seu intento de desalojá-las” (KOWARICK, 1993. p.81) Oficialmente, porém, define-se uma favela como qualquer região cujas construções tenham sido realizadas em terrenos invadidos e sem regularização fundiária.

GUARDINI (2006) afirma que em 1980, Diadema já era a terceira área urbana do Brasil em termos de densidade demográfica<sup>20</sup>. O Gráfico a seguir compara as densidades demográficas do Estado da Região Metropolitana de São Paulo e do Estado do Município de Diadema<sup>21</sup>.

**Figura II: Dados Comparativos da Densidade Demográfica da População do Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e Município de Diadema. IBGE 2005**



Fonte: Fundação SEADE, 2006.

Verificando a Figura III é possível notar a discrepância entre Diadema e o Estado de São Paulo, bem como a Região Metropolitana de São Paulo. Mesmo territorialmente, Diadema tendo uma extensão menor que do Município São Paulo, apresenta um índice maior de habitantes por quilômetros quadrados. Segundo dados do IBGE/ 2008, Diadema possui uma área da unidade territorial de 31 km<sup>2</sup> e São Paulo 1.523 km<sup>2</sup>.

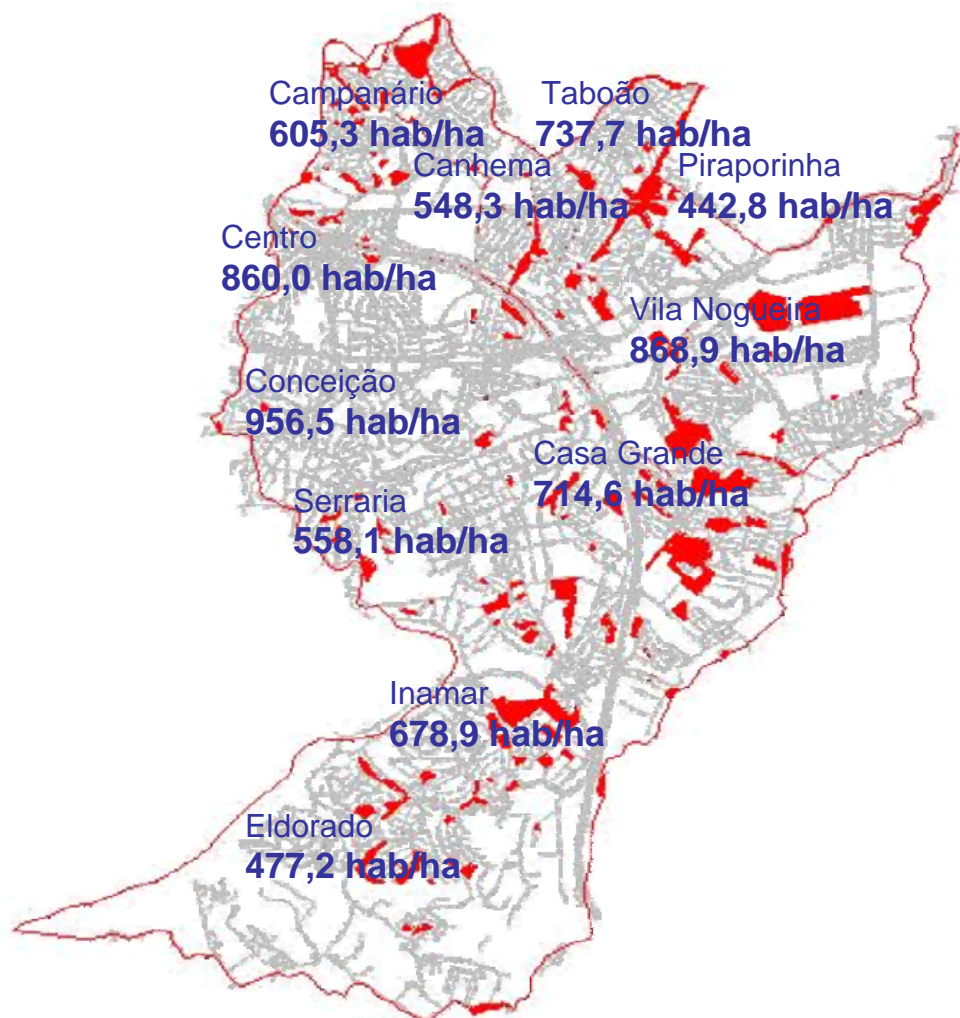
<sup>20</sup> “Densidade populacional/ demográfica ou população relativa é a medida expressa pela relação entre a população e a superfície do território, geralmente aplicada a seres humanos(...) é geralmente expressa em habitantes por quilômetros quadrado.” Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Densidade\\_populacional](http://pt.wikipedia.org/wiki/Densidade_populacional), acessado em 21/04/2008 às 22h08.

SANTOS (2006) afirma que o Município registra atualmente concentração demográfica média de 116 habitantes por hectares, tornando-se a segunda maior densidade demográfica do país e a primeira do Estado de São Paulo.

<sup>21</sup> As densidades demográficas são: do Estado de São Paulo 160,7/ hab-km<sup>2</sup>; da Região Metropolitana de São Paulo 2.376,16/ hab-km<sup>2</sup> e do Município de Diadema 11.911,19/hab-km<sup>2</sup>.

Pode-se notar na Figura III, a seguir, detalhadamente, que a densidade demográfica média por bairro também apresenta índices altos.

**Figura III - Mapa temático – Densidade Demográfica por Núcleo Habitacional (Média por Bairro) do Município de Diadema 2006**



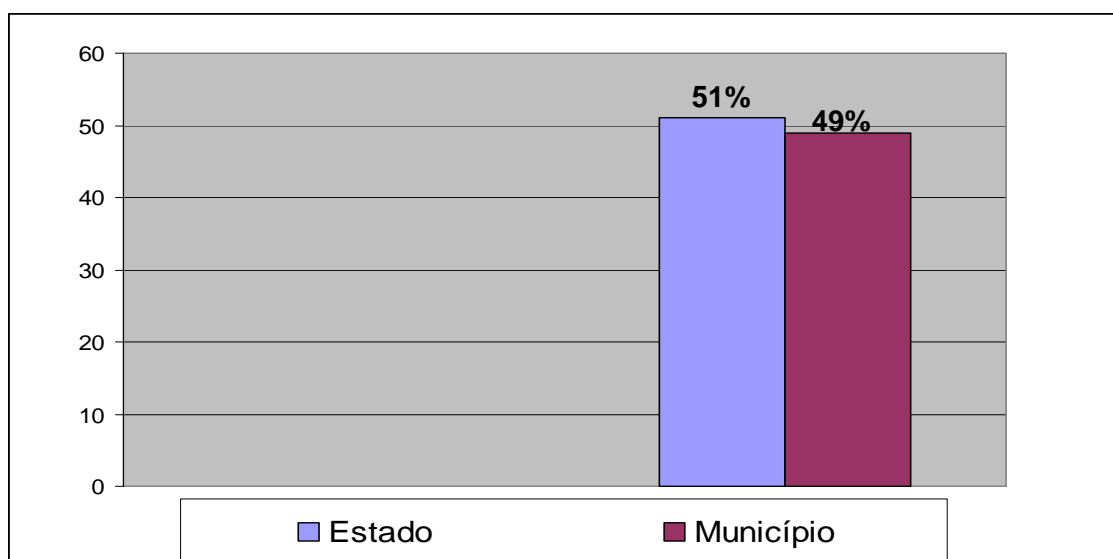
Ha = hectare (10.000 m<sup>2</sup>)  
Hab/ ha = Habitantes por hectare

Fonte: Acervo da Secretaria de Habitação, 2006.

No início da década de 90, as pesquisas apontavam o Município de Diadema com menor Índice de Desenvolvimento Humano- IDH<sup>22</sup>, se comparado ao Estado de São Paulo. GUARDINI (2006).

A Fundação SEADE refere ao Índice de Desenvolvimento Humano que:

**Figura IV - Distribuição Índice de Desenvolvimento segundo dados do IBGE do Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e Município de Diadema 2000**



Fonte: Dados IBGE, Fundação SEADE, 2000.

As intervenções do Poder Público, principalmente em saneamento básico, educação e saúde pública, alteraram substancialmente as condições de vida da população do Município.

Em Diadema a partir de 1995, ocorreu um crescimento nas vagas de empregos nos setores de serviços e comércio, devido à diminuição do setor industrial no Município, pois nessa ocasião as indústrias começam a migrar para outros Municípios do Estado de São Paulo.

No decorrer da história de Diadema, o processo de urbanização passou por modificações urbanas profundas. A terra, antes barata, tornou-se

---

<sup>22</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida para comparar o nível de riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade e entre outros fatores, que busca padronizar a avaliação e a medida de bem estar de uma população.

mercadoria lucrativa. Quem não tinha condições de comprá-la aglomerou-se em favelas.

Mas para se entender melhor como se desenvolveu essa população nos últimos anos é imprescindível compreender os dados socioeconômicos da região.

Segundo a projeção da Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) ressalta-se que o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) do Município de Diadema demonstra:

### Quadro I - Indicadores que Compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, Município de Diadema, 2000.

Indicadores	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						Total
	1 – Nenhuma Vulnerabilidade	2 – Muito Baixa	3 – Baixa	4 – Média	5 – Alta	6 – Muito Alta	
População Total	2.420	14.426	101.709	178.689	21.769	37.991	357.004
Percentual da População	0,7	4,0	28,5	50,1	6,1	10,6	100,0
Domicílios Particulares	754	4.182	28.915	49.283	5.385	9.620	98.139
Tamanho Médio do Domicílio (em pessoas)	3,2	3,4	3,5	3,6	4,0	3,9	3,6
Responsáveis pelo Domicílio Alfabetizados (%)	98,8	96,3	94,0	91,8	84,1	83,2	91,5
Responsáveis pelo Domicílio com Ensino Fundamental Completo (%)	84,2	50,9	46,1	35,6	24,3	21,1	37,7
Anos Médios de Estudo do Responsável pelo Domicílio	10,7	7,3	6,8	5,8	4,7	4,5	6,0
Rendimento Nominal Médio do Responsável pelo Domicílio (em reais de julho de 2000)	1.505	1.030	787	542	416	360	618
Responsáveis com Renda de até 3 Salários Mínimos (%)	15,5	35,6	41,6	54,5	64,0	71,4	51,8
Responsáveis com Idade entre 10 e 29 Anos (%)	8,2	10,1	16,2	24,2	14,8	22,5	20,4
Idade Média do Responsável pelo Domicílio (em anos)	45	48	44	40	42	39	41
Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%)	26,0	24,7	24,0	22,4	26,6	25,8	23,6
Crianças de 0 a 4 Anos no Total de Residentes (%)	6,4	5,8	8,1	10,8	8,9	12,0	9,8

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

Nota: Foram excluídos os setores censitários sem informação devido ao sigilo estatístico.

**Grupo 1** – Nenhuma vulnerabilidade: setores censitários em melhor situação socioeconômica (muito alta); os responsáveis pelo domicílio possuem os mais elevados níveis de renda e escolaridade. Apesar de o estágio das famílias no ciclo de vida não ser um definidor do grupo, seus responsáveis tendem a ser mais velhos; é menor a presença de crianças pequenas e de moradores nos domicílios, quando comparados com o conjunto do Estado.

**Grupo 2** – Vulnerabilidade muito baixa: setores censitários que se classificam em segundo lugar, no Estado, em termos da dimensão socioeconômica (média ou alta). Nessas áreas concentram-se, em média, as famílias mais velhas.

**Grupo 3** – Vulnerabilidade baixa: setores censitários que se classificam nos níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica; seu perfil demográfico caracteriza-se pela predominância de famílias jovens e adultas.

**Grupo 4** – Vulnerabilidade média: setores que apresentam níveis médios na dimensão socioeconômica; encontrando-se em quarto lugar na escala em termos de renda e escolaridade do responsável pelo domicílio. Nesses setores concentram-se famílias jovens, isto é, com forte presença de chefes jovens (com menos de 30 anos) e de crianças pequenas.

**Grupo 5** – Vulnerabilidade alta: setores censitários que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica (baixa), situando-se entre os dois grupos em que os chefes de domicílios apresentam, em média, os níveis mais baixos de renda e escolaridade. Concentra famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas.

**Grupo 6** – Vulnerabilidade muito alta: o segundo dos dois piores grupos em termos de dimensão socioeconômica (baixa), com grande concentração de famílias jovens. A combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças pequenas, permite inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza.

Segundo demonstra os dados do Quadro I, é possível verificar que a precarização e a vulnerabilidade têm relação com a renda, pois na análise dos dados constata-se que os grupos que possui um rendimento nominal por

responsável pelo domicílio com o valor de 360 reais estão classificados com o Índice Paulista de Vulnerabilidade (IPVS) muito alto e conforme aumenta a renda, o índice diminui. Isso demonstra a necessidade de atuação do Poder Público para a população com menor rendimento.

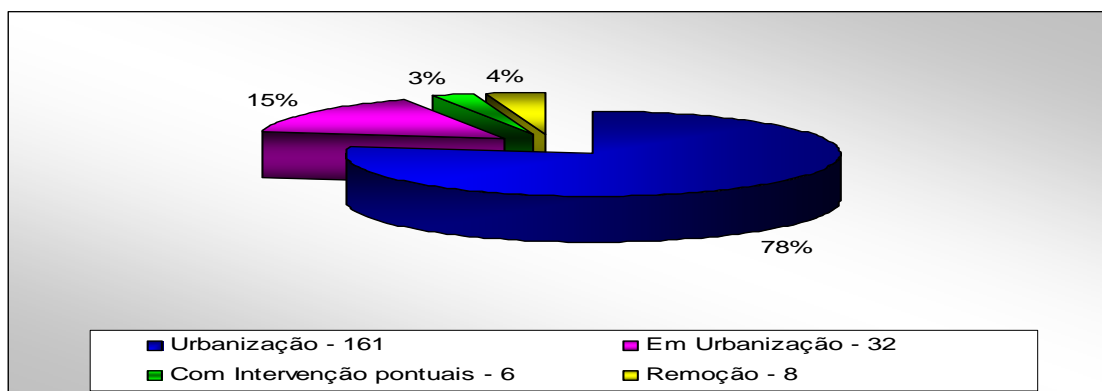
Outro dado significativo no quadro é em relação aos responsáveis com renda de até três salários mínimos, estão em níveis maiores de vulnerabilidade. Deste modo, confirma que a pobreza, a falta de acesso ao trabalho qualificado pode vir a ser pressupostos importantes para as condições de vida da população.

Ao constatar a precarização habitacional no Município, torna-se importante entender como Diadema estrutura a política específica desse setor para minimizar os impactos da questão na população local. Assim o próximo item será abordado à estrutura da Política Habitacional em Diadema.

## 2.1 Política Habitacional de Diadema

Existem atualmente na cidade 207 Núcleos Habitacionais, popularmente conhecidos como favelas, nos quais residem um quarto da população do município. Porém, aproximadamente 78% desses núcleos encontram-se urbanizados em 2007. Conforme é possível constatar na Figura V.

**Figura V - Distribuição dos Núcleos Habitacionais por Números Absolutos e Porcentagem do Município de Diadema 2007**



Fonte: Dados da Secretaria de Habitação de Diadema. 2008.

O aumento das favelas tornou-se um agravante para o problema urbano do Município. Por isso, através da Política Habitacional iniciaram na década de 80 a atuação de programas e projetos a fim de dinamizar as ações interventivas para suprir o déficit habitacional da região.

De acordo com SANTOS (2006),

a partir de 1970 ocorre um crescimento urbano desordenado - populacional e territorial - várias áreas impróprias são ocupadas para moradia, formando um número expressivo de favelas. O cenário da cidade foi modificando-se nos aspectos econômicos, político e social, acompanhando todo um processo acelerado de desenvolvimento econômico e de urbanização da região do ABCD. (SANTOS, 2006, p. 68).

SANTOS (2006) salienta que as ocupações coletivas foram ocorrendo no decorrer dos anos. Em 1971 aconteceram seis ocupações. Em 1977 a população de Diadema era de 12.741 habitantes morando em 31 favelas.

De acordo com o Quadro II é possível visualizar o crescimento de números de favelas no Município de Diadema.

**Quadro II - Distribuição em Números Absolutos da População Estimada por Números de Favelas do Município de Diadema, 2007.**

<b>ANO</b>	<b>Nº DE NÚCLEOS</b>	<b>POPULAÇÃO ESTIMADA</b>
1968	2	-
1977	31	12.000
1982	128	79.000
1996	192	99.000
1998	200	100.000
2000	204	102.000
2003/2005	207	Acima de 103.000

Fonte: Dados da Secretaria de Habitação de Diadema. 2007

Em Diadema, a história do Município demonstra ocupações que tiveram fortes traços de violência, com processos de reintegração de posse com ações

repressivas da polícia. Como por exemplo, na Vila Socialista, esse processo resultou em dois mortos e muitos feridos.

SANTOS (2006) ressalta que no Município, antes da década de 80, a Política Habitacional era inexistente, ou apenas existiam programas em que predominavam as ações de remoções das favelas. Diadema apresentava altos índices de criminalidade, como consequência das condições de vida de parte significativa da população.

Com as lutas dos movimentos por moradias<sup>23</sup> a partir de 1982, a urbanização das favelas passou a ser vista como uma das prioridades da Política Habitacional do Município.

Era nas Comunidades Eclesiais de Base, nas reuniões clandestinas dos Sindicatos, nos Clubes de mães e nas Sociedades Amigos de Bairro que homens, mulheres e jovens, na maioria das vezes tendo a Igreja como um facilitador, se reunia para discutir estratégias objetivando melhorias para a comunidade.

O fortalecimento dos movimentos demonstrou capacidade de luta contra a exploração do trabalho e da espoliação urbana<sup>24</sup> presente no cotidiano das famílias mais carentes. Assim buscavam conquistas através das lutas e reivindicações, em relação ao acesso a terra, habitação e os bens coletivos.

Deste modo, a Política Habitacional se propôs a integrar os núcleos de favelas com a execução de obras de saneamento e infra-estrutura básica.

Na década de 80 foram realizadas intervenções urbanas e jurídicas iniciada nas favelas encontradas nas áreas públicas, através de demarcação de lotes e definição das áreas que não estavam sendo utilizadas para nenhum fim público, muitas vezes, de forma que não removesse as famílias do local que estavam morando.

---

<sup>23</sup> O surgimento das primeiras organizações e lutas populares em Diadema situam-se no final dos anos 70, devido a situação da população pobre e trabalhadora e suas condições de vida e trabalho. Os movimentos utilizavam de resistência. Um grande facilitador dos encontros dos movimentos era: a Igreja, os Sindicatos, a Sociedade Amigos de Bairro, os Clubes de Mães, as comunidades Eclesiais de Base, em que se reunião para planejar suas ações.

<sup>24</sup> KOWARICK (1993) ressalta que a espoliação urbana é a forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, ainda refere que “extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por razão de caráter social tem direito (...) tanto econômicos como políticos e civis (...)”. (KOWARICK, 1993. p. 71)

É interessante ressaltar que a construção da Concessão do Direito de Real de Uso (CDRU)<sup>25</sup>, foi o primeiro instrumento construído (1985) nesta gestão para garantir o acesso à terra urbana às famílias que tinham ocupado as áreas públicas. A Lei que cria o CDRU também incentiva a organização da população através de criação de comissões de moradores, com o objetivo de discutir todo o processo de urbanização e regularização da área.

Um dos marcos importante para a Política Habitacional de Diadema foi à criação do Plano Diretor<sup>26</sup> que resultaria em uma reivindicação significativa para a população mais vulnerável.

SANTOS (2006) afirma que a Política Habitacional adotada pelo governo Municipal de Diadema foi importante para o Plano Diretor. Em 1994 tal plano foi um mecanismo político fundamental para definir a política urbana, garantindo a função social da propriedade, cujo diferencial foi à proposta que alterava visivelmente a lógica do mercado.

Outro fator relevante do processo de urbanização da cidade foi à aprovação em 1990 do Fundo Municipal de Apoio à Habitação de Interesse Social - FUMAPIS<sup>27</sup> com o propósito de construir a Política de Habitação com a participação da sociedade, definindo os recursos e prioridades de investimentos.

---

<sup>25</sup> OLIVEIRA (2001) ressalta que em 1985, foi regulamentada a Concessão de Direito Real de Uso - CDRU – que estabelece alguns padrões mínimos para urbanização (lote 42 m<sup>2</sup>, recuo, ventilação, edificações somente até 2º pavimento) além de garantir a segurança na posse para os moradores que ocuparam as áreas públicas, este instrumento concede o direito da família permanecer na área ocupada por 90 anos, podendo transferi-la para os seus dependentes. Para receber a titulação, a área deve estar urbanizada.

A CDRU está respaldada em nível nacional pelo Decreto Lei nº 271/1967.

<sup>26</sup> OLIVEIRA (2001) salienta que o Plano Diretor é o instrumento básico que auxilia Município. Seu objetivo é de orientar ações tanto públicas quanto privadas na melhoria dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população.

*“A Constituição Federal determina que o instrumento básico da política desenvolvida e expansão urbana é o Plano Diretor”* (OLIVEIRA, 2001, p. 18)

De acordo com o artigo segundo o Plano Diretor ressalta que *“tem como objetivo de realizar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território, de forma a assegurar o bem de seus habitantes”*.(DIADEMA JORNAL, 1994, Caderno C).

<sup>27</sup> O Fundo Municipal de Apoio à Habitação de Interesse Social (FUMAPIS), foi criado em 1990 com representatividade tripartite (administração, legislativo e movimento popular) com caráter deliberativo. O FUMAPIS, na prática, exerce o papel de Conselho Municipal de Habitação onde além deliberar sobre os recursos da área e fiscalizá-los discute as propostas da política habitacional para o município. OLIVEIRA (2001).

Em 1993 para articulação, discussão e avaliação da Política Habitacional foi realizado o I Encontro Municipal de Habitação<sup>28</sup>, que tinha como objetivo construir diretrizes para um plano de governo na área de habitação, em conjunto com a população.

A ampliação dos recursos municipais era fundamental para melhoria da condição de habitabilidade da população trabalhadora. A participação popular na gestão da política foi estimulada, entendida como imprescindível para mudança das condições objetivas da política e da vida da população. (PMD – SEHAB, *Documento Base*, 1993).

A prioridade da Política Habitacional naquele momento era definida em relação às favelas e áreas de risco.

Todavia, no decorrer da história da Política Habitacional de Diadema uma das principais conquistas da classe trabalhadora foi a delimitações das AEIS<sup>29</sup> (Áreas Especiais de Interesse Social). As AEIS possibilitavam, e ainda permitem a ampliação do acesso a terra e à moradia pela população trabalhadora, que não tinha condições em relação ao mercado imobiliário.

SANTOS (2006) destaca que existem dois tipos de Áreas Especiais de Interesse Social, conforme o Plano Diretor, a AIES I: são áreas desocupadas, terrenos privados, sem construção, subutilizados ou não utilizados e ainda são determinados para a implantação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social e/ou reservas de áreas para equipamentos comunitários. As AEIS II (ocupadas) são as áreas destinadas à reurbanização e regularização fundiária de assentamentos subnormais, as favelas.

Segundo dados da Secretaria de Habitação (2005) demonstram que, desde a criação das AEIS II em 1994, os 40 Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social no município de Diadema produziram 8.862 unidades habitacionais. SANTOS (2006).

---

<sup>28</sup> COELHO (2008) ressalta que os Encontros de Habitação são um importante mecanismo de participação popular e aconteceram nas seguintes datas:

Em 1993, o 1º Encontro de Habitação reuniu cerca de 800 pessoas;

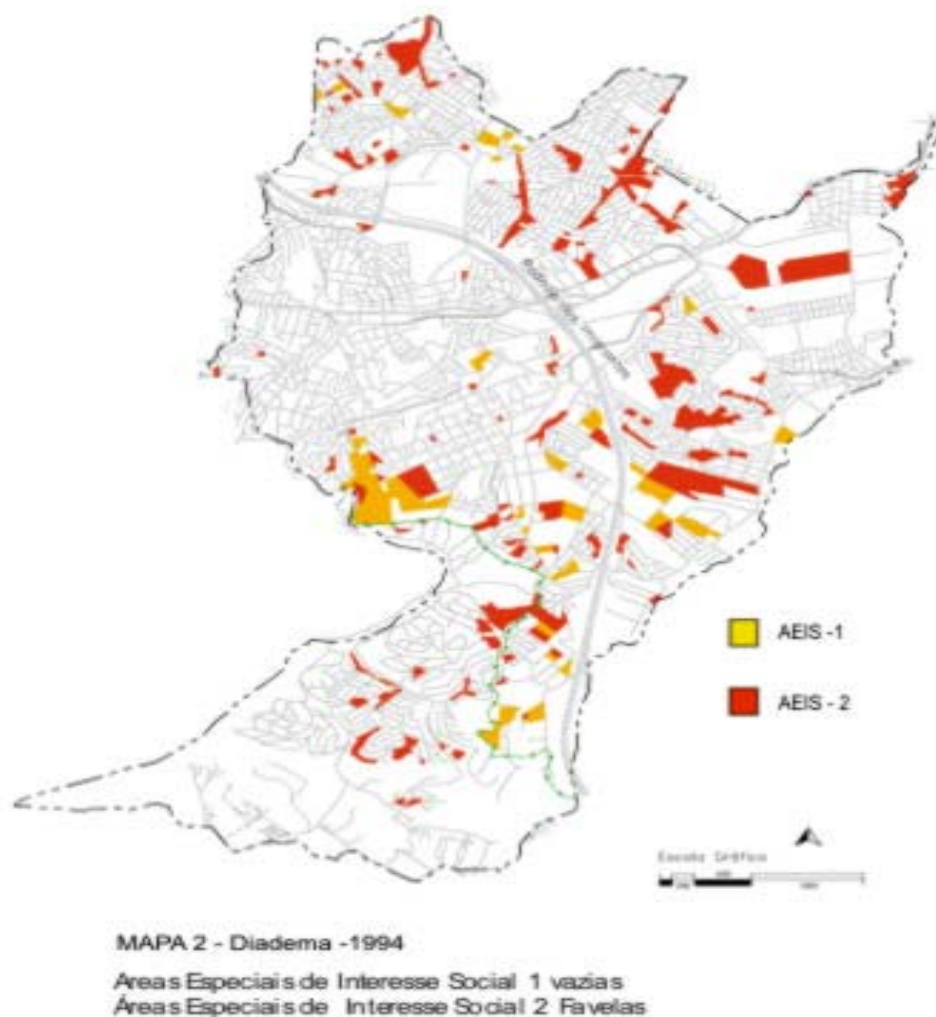
Em 1998, o 2º Encontro de Habitação, reunindo aproximadamente 500 pessoas;

Em 2001, o 3º Encontro de Habitação reuniu cerca de 900 pessoas;

Em 2006 o último encontro realizado foi o 4º Encontro de Habitação, com aproximadamente 700 participantes.

<sup>29</sup> PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA (Gestão 2001-2004) ressalta que AEIS significa a delimitação, dentro da área urbanizada de perímetros dos quais só se poderia efetivar a produção de habitação de interesse social.

**Figura VI - Localização das AEIS I e II Definidas no Plano Diretor de 1994 do Município de Diadema**



Fonte: Acervo da Secretaria de Habitação, 1994.

Para o Programa de Urbanização de favelas um instrumento importante foi a regulamentação da Lei de Cadastramento nº 1.357/ 94. A Lei estabelece critérios definindo a demanda atendida nos empreendimentos de interesse social.

Os critérios priorizam as famílias que residem no imóvel, que residem no município e que tenham renda mensal de até cinco salários mínimos.

Verifica-se que no processo de urbanização do município, Diadema passou por inúmeros desafios em relação à política urbana e habitacional. Porém, mesmo com legislações voltadas para a área habitacional, a maioria da

população continua residindo em favelas/núcleos habitacionais, em áreas adensadas.

Atualmente os Núcleos Habitacionais chegam a ter 677 habitantes/hectare, ou 14m<sup>2</sup> de território por habitante. O município está praticamente com as AEIS totalmente ocupadas, não havendo mais espaços livres destinados à produção de moradias.

Diante dessa conjuntura, o Fórum Nacional de Reforma Urbana<sup>30</sup> salienta que o problema habitacional não atinge somente o Município de Diadema, bem como as demais cidades brasileiras. Coloca como um desafio a todos os envolvidos, pois os programas existentes não conseguem mais suprir o *boom* populacional do século XXI.

Referente a isso, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, ocorrido em Junho de 2003, salienta que:

o processo de urbanização no Brasil, acelerado e caótico, atendeu ao interesse do desenvolvimento e da produção capitalista, em um modelo de acumulação desigual, que exclui sistematicamente a maioria da população do acesso a bens, serviço e direitos. Assim, as cidades brasileiras se constituem em importantes mecanismos de reprodução e acumulação do capital. A forma como estão desorganizadas e desordenadas se converte em meio de acumulação de capital. Transformando-se simultaneamente, em um mecanismo de “espoliação urbana”, onde violência e precariedade estão intrinsecamente ligadas.(FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA, 2003. p.7)

O direito à moradia está garantido na Constituição Federal de 1988, no artigo 6º, em que ressalta a moradia como um direito social. RODRIGUES (1991) salienta que a terra, como a água e o ar são indispensáveis à vida. Mas são bens da natureza, que foram transformados em mercadorias.

Entende-se dessa forma que a implantação das políticas para a garantia de direitos é de competência dos Municípios através de suas respectivas Secretarias de Habitação. O próximo item aborda a estrutura e as políticas realizadas pela Secretaria de Habitação do Município de Diadema.

---

<sup>30</sup> O Fórum Nacional de Reforma Urbana é um grupo de organizações brasileiras que lutam por melhoria nas cidades, ou seja, são movimentos populares, associações de classe, ONGs e instituições de pesquisa que buscam promover a Reforma Urbana no âmbito nacional. (FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA (2003). Foram realizados encontros em:junho 2003, julho de 2005 e julho de 2007).

## 2.2. Secretaria de Habitação

Em Diadema, na década de 80, ainda não existia a Secretaria de Habitação. A política de urbanização era gerida pela Diretoria de Promoção Humana, que possuía uma equipe técnica reduzida para atender à população na cidade. A Diretoria da Habitação era composta por um coordenador da área de arquitetura e quatro estagiários, subdivididos em quatro regiões (norte, sul, leste, oeste). A intervenção era voltada para ações de urbanização, havendo uma interlocução direta com a população. COELHO (2008).

Uma das principais organizações de moradores na época era o Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados (MDDF). Sua principal ação era a participação e a organização dos moradores em comissões por núcleo habitacional.

É interessante ressaltar, que os movimentos sociais foram de suma importância para a Política Habitacional, bem como para a atuação da Secretaria de Habitação de Diadema.

Uma das principais conquistas dos movimentos foi à criação do Programa de Regularização Fundiária, pois se destina à legalização da propriedade ou da posse do terreno, e responde pelo acompanhamento da Concessão do Direito Real de Uso, além de orientar os moradores a regularização do imóvel.

Na Diretoria de Promoção Humana foi criado o Programa de apoio à autoconstrução<sup>31</sup>. Tinha a função de elaborar projetos e plantas para famílias de baixa renda com lotes até 125 m<sup>2</sup>.

Neste período a política de urbanização de favelas passou a ser gerida por uma divisão alocada dentro do Departamento de Planejamento. A equipe

---

<sup>31</sup> A autoconstrução realiza-se quando é dada aos moradores de uma determinada região a responsabilidade em construir seu imóvel. O ritmo da construção depende do “tempo livre” dos moradores e suas disponibilidades financeiras. A Prefeitura somente demarca os lotes e deixam que os moradores construam suas casas, mesmo que este não tenha condições de fazê-lo. Ou seja, *“a autoconstrução é um processo de trabalho extremamente penoso, com elevados custos individuais que recaem sobre os setores mais pauperizados (...)”* (RODRIGUES, 1991, p. 32)

era composta por um coordenador da área de arquitetura, estagiários divididos por região, um engenheiro e um assistente social.

COELHO (2008) refere que o trabalho dos assistentes sociais na habitação, nos anos 90, permanecia com caráter emergencial e assistencial. Sua atuação era na maioria das vezes, intervenção com a Defesa Civil, nos casos de enchentes, incêndio, áreas de risco, em que o assistente social atuava apenas em atendimentos social básico, fornecendo materiais que auxiliassem os moradores naquele momento, com alimentação, colchões, cobertores, etc.

Ainda afirma que no *“planejamento das intervenções urbanísticas”* (COELHO, 2008. p 84), ainda prevalecia definições dos arquitetos e engenheiros. Os assistentes sociais atuavam conjuntamente com as Associações do Município de luta por moradia. Esclareciam as ações da Prefeitura, bem como os direitos dos moradores, exercendo uma função sócio-educativa junto à população. E envolvendo os moradores no processo de decisão, implantação e controle dos programas de moradia.

Na década de 90, a Política Habitacional começa a ser discutida. COELHO (2008) salienta que a Associação de Construção Comunitária de Diadema conseguiu uma importante conquista para a cidade com a primeira experiência de autoconstrução de unidades habitacionais verticalizadas.

Um exemplo é o processo de urbanização no núcleo habitacional Sant’Ana, que foi construído através do sistema de autoconstrução, com casas verticalizadas, como verifica-se na Figura VII e VIII antes e depois do processo de urbanização

**Figura VII**



Núcleo Habitacional Sant’Ana  
(Acervo SEHAB -1989)

**Figura VIII**



Abertura de Travessa no Núcleo Habitacional  
Sant’Ana (Acervo SEHAB -1992)

Em 1995, foi criada SEH DU – Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano estabeleceu duas diretorias. Uma, que geria a Política de Habitação voltada à urbanização de favelas, bem como, ao atendimento da demanda de aluguel, e a outra diretoria voltada ao planejamento da cidade.

Então, a SEH DU passou a ter uma equipe técnica maior. Foram criados outros programas, além do Programa de Urbanização de Favelas. Como por exemplo, o Programa de Apoio às Associações de Aluguel, Pós-Urbanização, Gerenciamento das Ações do FUMAPIS.

Na SEH DU possuía, por volta de dez assistentes sociais, dois sociólogos, dez arquitetos, dois engenheiros e vinte estagiários das correspondentes áreas de formação.

Um dos fatos mais importantes para Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEH DU) foi à criação de uma Divisão do Trabalho Social, que tinha como objetivo a coordenação das ações dos programas, o planejamento, e a avaliação conjuntamente com a divisão de planejamento habitacional.

A Divisão do Trabalho Social possibilitou a implantação e principalmente a ampliação das ações sociais dentro dos programas e projetos de urbanização. Nesse período, também aconteceu à abertura para campo de estágio de Serviço Social.

Uma das características principais do trabalho social foi ser um importante articulador das discussões com a população, tendo um espaço significativo na definição de prioridades e ações.

COELHO (2008) ressalta que entre os anos de 1993-1996 o trabalho social foi expandindo, contribuindo no planejamento das ações. Uma das atuações importantes do assistente social no SEH DU foi a facilidade de promover a participação das comunidades nos programas habitacionais, como criar espaços de discussões e decisões.

Outro fato importante foi o I Encontro Municipal de Habitação, que possibilitou o trabalho dos técnicos da Secretaria, pois foi definido os objetivos para a Política Habitacional da época. Um dos objetivos foi consolidar e aprimorar o trabalho já desenvolvido, com ampliação do recurso Municipal, visando melhoria na condição de habitabilidade da população trabalhadora,

assim como garantir a participação popular na gestão da política direcionando a atuação em favelas de áreas de risco.

As AEIS também foram muito importantes para o trabalho da Secretaria, pois houve uma queda expressiva nas ocupações, bem como o barateamento do custo da terra.

Mas um grande impulsionador para essas mudanças foram os movimentos de luta por moradia que começaram se organizar em associações para o atendimento das famílias que faziam parte do déficit habitacional.

Nessa perspectiva, na década de 90, a ação da Secretaria modificou-se, pois antes atuava preferencialmente em regime de mutirão. A partir dessa década ampliaram-se as obras via empreiteira, pois havia muitas obras de grande porte que não poderiam ser realizadas por mutirão.

Porém, no período de 1997 a 2001 houve um recuo no processo de urbanização das favelas, levando a profundas modificações para a Secretaria de Habitação e Urbanização.

Em 2001, com a mudança da administração Municipal, a Política Habitacional passou a ser administrada por uma Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que ainda permaneceu com status de departamento, ligado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Uma consequência dessa modificação, nesse período foi a diminuição radical do número de técnicos, ficando apenas com quatro arquitetos, três assistentes sociais e um engenheiro. Uma época que a equipe voltou a atuar em ações emergenciais nas áreas de risco, enchente, etc.

Além disso, com essas mudanças também a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano foi extinta e estes funcionários, passaram a trabalhar então na Secretaria de Obras. Estas modificações afetaram ainda as ações conjuntas com os movimentos populares.

Porém, com a criação do Estatuto da Cidade<sup>32</sup> promulgada em 2001 foi

---

<sup>32</sup> O Estatuto da Cidade - Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001 - é um mecanismo legalizado que possibilita o desenvolvimento de uma política urbana a partir da reforma urbana considerando os aspectos urbanos e sociais e políticos das cidades. O Estatuto da Cidade vem regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, referente ao capítulo relativo à Política Urbana. OLIVEIRA ressalta que o Estatuto da Cidade ao regulamentar as exigências constitucionais *“reúne normas relativas a ação do poder público na regulamentação do uso da propriedade urbana em prol do interesse público, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Além disso, fixa importantes princípios básicos que irão nortear estas ações.”* (OLIVEIRA, 2001, p. 7)

possível obter novas perspectivas para as Políticas Habitacionais de urbanização dos Municípios.

E com isso, a Prefeitura de Diadema obteve possibilidades, criando assim dois departamentos, um de Planejamento Habitacional e outro do Trabalho Social, e a partir disso, passou a contar com uma equipe de doze assistentes sociais, dois engenheiros, cinco arquitetos, e trinta estagiários.

Na atual administração municipal de Diadema (2004-2008), a Secretaria de Habitação operacionaliza a Política Habitacional do município, através de Programas Habitacionais.

Entre os programas, a Urbanização de Favelas, se destina ao trabalho direto com a população em alta vulnerabilidade social. Atuando em palafitas, cortiços e áreas de risco.

O programa tem como finalidade levar infra-estrutura urbana às áreas que necessitam de intervenção, mas também pavimentar as ruas, construir redes de água e de esgoto, criar áreas verdes, instalar iluminação pública, possibilitar áreas de lazer, além de espaço para escola, creche e posto de saúde.

A urbanização é de suma importância, pois garante o acesso a serviços básicos como a saúde e a segurança, na medida em que ambulâncias e policiamento têm maior acesso à comunidade.

Um dos exemplos da atuação do Programa de Urbanização de Favela é a canalização do córrego da Avenida Ullisses Guimarães no Núcleo Habitacional Vera Cruz.

Devido às reivindicações da população por melhorias no bairro a Secretaria de Habitação urbanizou o núcleo, deixando vias de acesso, como específica a Figura IX e X a seguir, antes e depois do processo de urbanização de favelas.

**Figura IX**



Núcleo Vera Cruz  
(Acervo SEHAB - 2000)

**Figura X**



Obra de Urbanização Vera Cruz  
Canalização de Córrego  
(Acervo SEHAB - 2004)

O Programa atua também nas favelas em área de mananciais. Mesmo, estando em um local que não pode ser urbanizado, devido a Lei que protege as áreas de mananciais, as favelas somente recebem infra-estrutura básica.

É interessante ressaltar, que a política da Secretaria de Habitação em Diadema prioriza o trabalho de urbanização, em que o atendimento acontece no próprio local em que os moradores residem.

Quando há necessidade de transferir as famílias são utilizados critérios como: tempo de moradia, quantidade de pessoas residentes no domicílio e portadores de deficiência. Além dessas exceções o Programa de Urbanização de Favelas desenvolve intervenções, adequando os projetos urbanísticos às realidades das áreas, incentivando a participação popular no processo de construção.

Isso se verifica no Núcleo Habitacional Yamberê que o processo de urbanização acontece no próprio núcleo, como visualiza na Figura XI e XII a seguir.

**Figura XI**



Núcleo Habitacional Yamberê  
Antes do processo de urbanização  
(Acervo SEHAB, 1997)

**Figura XII**



Núcleo Habitacional Yamberê  
Durante o processo de Urbanização  
(Acervo SEHAB, 2007)

A Secretaria de Habitação respaldada na política de habitacional do município disponibiliza três Programas distintos para atuar conjuntamente com o Programa de Urbanização de Favelas.

Assim destaca-se, o Programa de Pós-Urbanização que tem como objetivo, a inserção dos núcleos urbanizados no contexto do bairro. Promovendo discussões com os moradores sobre o uso dos espaços comunitários e o acesso aos demais serviços públicos que a cidade utiliza.

Houve a criação do Programa Tá Bonito, em 2005, o primeiro programa piloto, voltado para a revitalização. Este tem o objetivo de qualificar as unidades em Núcleos Habitacionais em áreas Urbanizadas e dos espaços urbanos, garantindo habitabilidade e salubridade nas moradias internas e externas, e do mesmo modo fomentando a participação da comunidade.

Finalmente, o Programa de Regularização Fundiária se destina à legalização da propriedade ou da posse do terreno e responde pelo acompanhamento da Concessão do Direito Real de Uso, além de orientar a regularização do imóvel.

Na Secretaria de Habitação em Diadema, no âmbito geral, atualmente trabalham 1 Secretário, 1 Diretor de Planejamento Habitacional, 1 Diretora de Planejamento do Trabalho Social, 1 Coordenadora da Divisão do Trabalho Social, 10 assistentes sociais, 7 arquitetos, 2 engenheiros, 3 advogados, 2 agente administrativo, 7 comissionados, 13 estagiários de Serviço Social e 2 estagiárias de Arquitetura. Hoje o programa atua na região Norte, Sul, Leste e Oeste do Município de Diadema, atendendo 23.659 famílias que residem em Núcleos Habitacionais e favelas, segundo acervo da Secretaria de Habitação.

Para tanto, no próximo item será abordada a atribuição realizada no trabalho do assistente social na Secretaria de Habitação, especificamente no Programa de Urbanização de Favelas.

### **2.3. O Assistente Social**

Após descrever a estrutura da Secretaria de Habitação, especificamente no Programa de Urbanização de Favelas, é de suma importância destacar o trabalho do assistente social nesta Instituição Pública.

Cabe salientar que este profissional busca operacionalizar a Política Habitacional do Município de Diadema procurando garantir o direito à moradia, conforme a Constituição Federal de 1988.

Do mesmo modo, este trabalha comprometido com o Código de Ética da profissão, vivenciando em sua prática os princípios fundamentais como a

equidade, a liberdade, a igualdade, o contato com as diversas formas de preconceito, a cidadania e a democracia, defendendo os interesses dos munícipes de Diadema, incentivando-os a participar de espaços de discussões.

Além disso, o assistente social trabalha com objetivo de estimular a participação coletiva em todas as fases dos projetos, das ações e socialização. Atua na mobilização dos moradores com a finalidade da inserção dos núcleos urbanizados no contexto do bairro. Promovendo discussões sobre o uso dos espaços comunitários e o acesso aos demais serviços públicos que a cidade utiliza.

Fomenta igualmente discussões sobre denominação e numeração das ruas, com o objetivo da regularização do endereço, incluindo as vias na planta da cidade.

Uma das suas atuações principais é o incentivo à criação de comissão e/ou associação de moradores, para que haja a participação dos munícipes de forma mais intensa em relação ao programa e a reivindicações das políticas e direitos sociais, ou seja, o assistente social trabalha junto a essa comunidade com o intuito de incentivá-los a serem cidadãos mais participativos e conscientes.

Através dos Conselhos de Políticas e de Direitos Sociais, ampliaram-se os espaços de atuação dos assistentes sociais, evidenciando ser um vasto campo de possibilidades a esse profissional e também uma forma de colaborar averiguando a execução e a avaliação das políticas (assistência social) e de direitos públicos (criança e adolescente, idosos) junto à sociedade civil. Conforme IAMAMOTO cita os profissionais de Serviço Social:

Contribuem nesta direção ao socializarem informações que subsidiem a formulação/gestão de políticas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada, ao interferirem na gestão e avaliação daquelas políticas, ampliando o acesso à informação a indivíduos sociais para que se possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade (IAMAMOTO,2006, p.69)

Desta maneira, destaca-se que no Município de Diadema os assistentes sociais da Secretaria de Habitação, participam ativamente desses Conselhos.

Outro aspecto importante é os instrumentos usados pelos assistentes sociais, isto é, são utilizados cadastros socioeconômicos, que tem por

finalidade detectar o perfil das famílias por ocasião das intervenções de urbanização, um documento que assegura o morador a sua propriedade em áreas não regularizadas ou em processo de regularização de acordo com o projeto habitacional, e ainda para discussões com os moradores sobre o estabelecimento de critérios de atendimento da demanda.

Para estabelecer critérios são realizadas em espaços como de assembléias deliberativas e reuniões, estas permitem que a população discuta e priorize as intervenções de determinado projeto, tendo como base a Política Habitacional do Município.

Faz-se necessário colocar, que de acordo com IAMAMOTO (2006), além destes, existem outros instrumentos de trabalho, como a instituição, que permite ao profissional diversas formas de atuação. Assim, *“a instituição não é um condicionante externo e muito menos um obstáculo para o exercício profissional”*. (IAMAMOTO, 2006, p.64)

Desta forma, a Secretaria de Habitação disponibiliza um espaço importante para que o assistente social atenda os munícipes e faça seus encaminhamentos através do atendimento social que é uma forma da população ter acesso ao espaço público e, além disso, através das demandas apresentadas pelo usuário, o profissional tem a possibilidade de encaminhá-los para outros serviços do município.

Outra questão a ser abordada é o trabalho em equipe, pois nas ações no Programa de Urbanização de Favelas é indispensável que haja técnicos de conhecimentos distintos intervindo coletivamente junto às famílias, promovendo discussões, estabelecendo critérios para a implementação<sup>33</sup> e o acompanhamento na implantação<sup>34</sup> da Urbanização das Favelas. De acordo com IAMAMOTO:

---

<sup>33</sup> Implementar significa tomar providências concretas para a realização de algo planejado. A fase de implementação pode ser considerada como a busca, formalização e incorporação de recursos humanos, físicos, financeiros e institucionais que viabilizam o projeto, (BAPTISTA, 2007, p.103)

<sup>34</sup> Implantação é operação, nos espaços e nos prazos determinados das ações previstas no planejamento. É nesta fase que se dá a instalação e o início de funcionamento do empreendimento(BAPTISTA, 2007, p.106)

o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho. Sua inserção no mercado de trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente. (IAMAMOTO, 2006, p. 63/64)

As ações se configuram através de equipe multiprofissional<sup>35</sup> e interprofissional<sup>36</sup>, composta por arquitetos, assistentes sociais, engenheiro e estagiários das respectivas áreas de atuação.

Nesta perspectiva, as equipes periodicamente reúnem-se para discutir o planejamento, ou seja, para debater a realidade social dos Núcleos Habitacionais de forma intersetorial referente às intervenções realizadas no Programa, extraído destes encaminhamentos para o mesmo.

Conforme BAPTISTA afirma que:

O objeto do planejamento da intervenção profissional é o segmento da realidade que lhe é proposto como desafio, é o aspecto determinado de uma realidade total sobre o que irá formular um conjunto de reflexões e de proposições para intervenção (BAPTISTA, 2007, p.31)

Um aspecto importante no trabalho dos assistentes sociais é a realização de reuniões mensais com o objetivo de planejar as ações, discutir estratégias com finalidade de coletivamente buscar soluções e em encaminhamentos em relação às expressões da questão social.

Outra estratégia que subsidia o trabalho do assistente social é o Auxílio Moradia, neste a Secretaria de Habitação instrumentaliza o profissional nas ações com as famílias, que estão em áreas de risco, em situação de alta vulnerabilidade. Desta forma a equipe de programa de urbanização atualmente trabalha também para atender esta demanda, através da Política de Habitação.

Vale ressaltar, que um espaço conquistado no trabalho do assistente social no programa foi à direção, a qual este tem acesso a participar de decisões importantes. Em que pode propor mudanças no âmbito do planejamento, possibilitando com que a equipe do serviço social mantenha uma relativa autonomia para implementação e execução dos projetos.

---

<sup>35</sup> Equipe Multiprofissional são profissionais de diferentes áreas atuando conjuntamente, e a articulação dos trabalhos especializados não é problematizada. (PEDUZZI, 2001, p.104)

<sup>36</sup> Quanto a Equipe Interprofissional trata-se de trabalhos que trazem a discussão à articulação dos saberes e a divisão do trabalho. (PEDUZZI, 2001, p.104)

Outra atribuição é a supervisão de estágio, em que o profissional em relação à prática faz um trabalho intenso com os estagiários dando espaço para estes questionarem e propor. Este também é um espaço conquistado pelo assistente social, pois mensalmente ocorre a reunião de supervisão de estágio em que uma parte das profissionais se compromete a refletir com todos os estagiários sobre o binômio prática e teoria. Quanto às questões mais pontuais são discutidas individualmente com a supervisora.

Na secretaria existe espaço também para que os profissionais possam sistematizar seu trabalho, pois conforme IAMAMOTO (2006) destaca que o Serviço Social não é uma ciência, porém contribui para a pesquisa. E dessa forma, o assistente social, através da pesquisa, elabora estudos para publicizar o seu trabalho no cotidiano.

Nesse sentido, o profissional nesta instituição pública, busca atuar de acordo com o projeto ético político da profissão, objetivando não somente entender que o cidadão tem direito à moradia, mas também de fazer parte da cidade, tendo acesso a todos os serviços do município.

No próximo capítulo veremos os depoimentos dos profissionais da Secretaria de Habitação do Município de Diadema/ SP enfatizando as condições de trabalho destes sujeitos no seu local de trabalho, o trabalho em equipe e como é feito o planejamento. E para isso o profissional respaldado no projeto ético político da profissão.



*III CAPÍTULO*

### III CAPÍTULO

Neste capítulo será abordado como os sujeitos da pesquisa compreendem as condições de trabalho no Programa de Urbanização de Favelas, destacando aspectos importantes como o trabalho em equipe e a realização do planejamento.

#### **3. Como se Construiu a Análise dos Dados**

Nesse capítulo busca-se compreender como o assistente social se insere na Secretaria de Habitação do Município de Diadema/ SP (SEHAB), no Programa de Urbanização de Favelas, através das seguintes questões: Como foi construído o seu trabalho na Secretaria? Quais os fatores que condicionam ou interferem nas condições de trabalho do assistente social?

Para entender como são as condições de Trabalho do assistente social na SEHAB utilizou-se como metodologia, a pesquisa qualitativa com amostra intencional. De acordo com MINAYO:

Os autores que seguem tal corrente não se preocupam em quantificar, mas, sim, compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a continuidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana objetiva. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis. (MINAYO, 2000, p. 24).

Assim, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, norteadas pelos eixos de interesse, pois estes possibilitaram de forma minuciosa a observação

e a análise das particularidades que os sujeitos evidenciaram durante as entrevistas.

No início das entrevistas foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com a finalidade de garantir a voluntariedade e a liberdade de desistência de todos os entrevistados. Estes sujeitos relataram como se desenvolve seu cotidiano de trabalho na SEHAB.

Nos meses de junho a julho de 2008, foram realizadas entrevistas com a assistente social atua na direção da atuação do Serviço Social na Secretaria, com a assistente social do Programa de Urbanização da Região Norte/Leste; com a assistente social do Programa de Urbanização da Região Sul/Oeste. Também foi realizado com o Arquiteto do Programa de Urbanização da Região Sul/Oeste, o qual entregou suas respostas por escrito. E por último com o Engenheiro Civil também do Programa de Urbanização.

Deste modo, os entrevistados foram:

**Assistente Social:** Marta Cirera Sari Coelho, profissional concursada na Prefeitura do Município de Diadema há dezessete anos e está atuando no cargo de Diretora de Planejamento do Trabalho Social da Secretaria de Habitação.

**Assistente Social:** Mauricléia Soares Santos é profissional concursada há onze anos e está atuando no Programa de Urbanização da Região Sul/Oeste. Mestre em Serviço Social.

**Assistente Social:** Raquel Carvalho Paiva, profissional concursada Prefeitura do Município de Diadema há três anos e está atuando no Programa de Urbanização da Região Norte/Leste.

**Arquiteto:** Shedd Pegaz, profissional concursado há dezoito anos atuando no Programa de Urbanização da Região Sul/Oeste

**Engenheiro Civil:** José Armando é profissional concursado há dezoito anos e está atuando no Programa de Urbanização de Favelas.

Vale salientar que os sujeitos de pesquisa não se manifestaram negativamente ao explicitar seus nomes.

Através das entrevistas realizadas e baseada na hipótese do projeto e na construção teórica, a fim de colher informações relevantes para a pesquisa, foram abordadas três categorias de análise: condições de trabalho, trabalho em equipe e planejamento.

A primeira categoria que será analisada desta pesquisa diz respeito às “Condições de Trabalho no Programa de Urbanização de Favelas”, para que seja possível compreender quais são as possibilidades e desafios do trabalho do assistente social.

### **3.1. Condições de Trabalho do Assistente Social**

De acordo com o que foi descrito no primeiro capítulo, referente ao trabalho do assistente social, IAMAMOTO (2006) destaca que o setor público é ainda o setor que mais emprega os assistentes sociais nesse país, pois foi com a regulamentação das leis que definiram as responsabilidades do âmbito municipal, que ocorreu um avanço nos pontos de atuação para a profissão dentro deste setor.

Para o trabalhador a estabilidade significa conforto e segurança, pois pode ser a garantia de sua sobrevivência, podendo assim se tratar de um ponto positivo em relação a empregabilidade.

É o caso dos profissionais que participaram desta pesquisa. Estes possuem certa estabilidade e segurança, pois na instituição pública à qual estão inseridos configuram-se como funcionários por meio de concurso público.

Na ótica da Secretaria, esta estabilidade também pode significar uma continuidade de projetos, independente da gestão vigente, conforme afirma o arquiteto, que alguns fatores são condicionantes para as condições de trabalho, como a inserção de novos funcionários por meio de concurso público. Desta forma explicita:

Sou favorável a terem técnicos concursados. Tem que contratar por concurso, porque vão ficar. Pessoas comissionadas são passageiras, muda governo, muda tudo. Por concurso você tem condições de montar equipes, naquele departamento têm técnicos fazendo parte do setor e continuando. Isso que eu acho importante. Nós tivemos em uns dois anos a falta de alguns técnicos, assistentes sociais, engenheiros e arquitetos - a turma antiga era eu, Armando, Ana Maria, Cléia, Marta e o Wagner - o restante eram Comissionados. (SHEDD PEGÁZ – arquiteto)

Outro aspecto importante a ser analisado nas condições de trabalho nesta Instituição Pública, que conforme o segundo capítulo, em Diadema sempre existiu um espaço de reivindicações históricas. E através das reivindicações o profissional, dentro desse município, tem conquistado diversos direitos que aumentou a qualidade de vida dos profissionais em seus trabalhos.

Um bom exemplo disso foi à greve que perdurou por aproximadamente dezoito dias em 2007, em que os Funcionários Públicos do Município de Diadema conquistaram a redução da carga horária de 40h semanais (8 horas/dia) para 30 horas semanais (6 horas/dia).

Percebe-se que esse fato influenciou diretamente nas condições de trabalho dos profissionais, pois essa conquista trouxe uma motivação maior ao profissional que compreende mais a necessidade de manter-se na luta por condições de trabalho mais adequadas. E foi através das lutas que os profissionais avançaram no sentido de garantia de direitos e na conquista de espaços e respeito profissional.

Porém, mesmo diante dessas conquistas, os profissionais são desafiados no seu cotidiano a vencer novos obstáculos decorrentes, são as exigências para que os profissionais trabalhem em uma maior intensidade no ritmo de trabalho. Especificamente os assistentes sociais da Secretaria de Habitação em Diadema, têm a necessidade em estender seu tempo de trabalho para os finais de semana.

Ou seja, mesmo com as conquistas sindicais da categoria, os funcionários necessitam trabalhar aos finais de semana, principalmente aos sábados. Devido à morosidade dos projetos para áreas de interesse social, destinadas às famílias de baixa renda, a equipe precisa utilizar de várias estratégias para que seja possível encaminhar grande parte das discussões com a população e deliberar decisões importantes para dar continuidade aos trabalhos, pois são nos finais de semana que a população tem maior disponibilidade de participação.

A assistente social descreve que existe um ganho através da reivindicação do funcionalismo nesta questão do horário:

(...) Acho que para a gente vai melhorar bastante no ponto de vista de condições de trabalho. (MARTA CIRERA – assistente social)

Mesmo sendo uma conquista dos trabalhadores da Secretaria, não se pode deixar de compreender os pontos negativos e positivos dessas mudanças, conforme ressalta a assistente social, referente à questão da carga horária:

O ponto positivo de fato, que profissional tem, [é] o espaço para atualizar ou até mesmo descansar, é uma opção de cada pessoa. Do ponto de vista do funcionamento da secretaria, acho que tivemos uma perda, porque perdemos duas horas. Discussões que fazíamos com a equipe toda, acho que ficou prejudicada. Teve algumas reuniões que tivemos que começar a diminuir, e que eu acho que é muito importante para as ações.[...] Nas questões mais imediatas espera-[se] que contrate mais funcionários, ou que em outro momento faça compensação salarial. O negativo é que não consegue encontrar, a não ser no horário das 12h às 14h, todos juntos, é um horário que prejudica todos os funcionários da Secretaria. (MARTA CIRERA – assistente social)

Além das reivindicações, os assistentes sociais dedicam-se à especialização, também um ponto de observação dentro desta pesquisa, relacionada à procura de melhores condições de trabalho, pois aumenta o conhecimento do trabalhador, abrangendo suas possibilidades profissionais, o que acarretará em uma maior qualidade da atuação diante da demanda.

A partir das entrevistas foi possível constatar que no trabalho em Diadema também há possibilidade de participação, em especial dos assistentes sociais, como por exemplo, no Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBASS), na participação da capacitação continuada, citando a defesa de tese de mestrados, especializações e cursos na área que estão atuando, mantendo-se atualizados na profissão, confirmado o que dispõe no Código de Ética da profissão.

Através da explanação da Assistente Social Mauricléia foi possível observar a importância em aprimorar o conhecimento:

O primeiro Congresso [eu fui] apresentar o trabalho, que foi em Fortaleza, foi um trabalho coletivo. Já nesse outro Congresso, que é o segundo que a gente participa, enquanto equipe de trabalho social na Habitação, [...] apresentamos mais trabalhos, tanto coletivo como individual. Já “publicizamos” a existência de que nós estamos fazendo esse trabalho, porque não havia um registro disso. Outros profissionais vão incentivando a estudar, a fazer curso de especialização, fazer um mestrado. Nesse sentido, acho que isso é muito bom, porque cria uma outra visão [...], mas a gente conseguiu garantir pelo menos [...] a inscrição de todas para participar do evento. Isso já é uma coisa que [incentiva].(MAURICLÉIA SANTOS – assistente social)

Outro elemento importante para a atuação profissional, observado no decorrer da pesquisa, são as condições físicas para atuação, em que se destacam os recursos materiais, ergonômicos e humanos. Sendo que no último explicita-se em particular a preocupação do corpo profissional com quase nenhuma Política de Recursos Humanos.

De acordo com as entrevistas, foi destacado que é interessante um investimento na qualidade do espaço físico, garantindo assim a salubridade, com o objetivo de manter não somente a otimização do exercício do trabalho.

Neste aspecto, o Ministério do Trabalho e Emprego<sup>37</sup> dispõe que a ergonomia é um elemento das condições de trabalho, quanto às peculiaridades fisiológicas dos trabalhadores, e ainda o conforto, o transporte e a atuação deste no local de trabalho.

As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho, e à própria organização do trabalho. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007).

Em relação à ergonomia na Secretaria de Habitação a assistente social relata:

---

<sup>37</sup>Ministério do Trabalho e Emprego dispõe legislações e normas regulamentadoras sobre a ergonomia (NR 17 – 117.000-7 – 17.1.1-) portaria nº 08 de 30 de março de 2007 de acordo com a proposta apresentada pela Comissão Tripartite Paritária Permanente de acordo com o disposto na Portaria nº. 1.127, de 02 de outubro de 2003

Do ponto de vista da ergonomia, de condições de trabalho, eu acho que merecia uma reforma, (...) desde as cadeiras, a organização do espaço. (RAQUEL PAIVA – assistente social)

E também, de acordo com o engenheiro, a ergonomia pode ser vista de diferentes pontos:

Eu não vejo problema não, nessa outra administração nós conseguimos melhorar bem o departamento, recursos de informática, de móveis, espaço. [Foi uma conquista da gente].(JOSÉ ARMANDO - engenheiro)

Em relação à Política de Recursos Humanos, o Ministério do Trabalho e Emprego e Renda destacam a importância de um plano de carreira, a qual o profissional possa acompanhar o trabalho e dar continuidade na política e nos programas. Desta forma, pode-se verificar que:

No Brasil não há nada parecido com um sistema universal e padronizado de remuneração de servidores, do tipo existente nos países desenvolvidos, onde a administração pública burocrática alcançou pleno desenvolvimento. Ou melhor, existe o Plano de Cargos e Carreiras - PCC, que poderia preencher esse papel, mas que na verdade é apenas a situação da quais todos querem sair para integrarem carreiras específicas que, graças a seu sistema de gratificações especiais, acabam sendo razoavelmente remuneradas. No geral, o que existe é um sistema de remuneração extremamente distorcido, em que algumas carreiras são bem remuneradas, em função de gratificações que visariam premiar desempenho, enquanto que os demais cargos, especialmente os de nível superior do PCC, são mal pagos. (MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO, 1997).

Assim, o arquiteto destaca a importância em discutir sobre o funcionário no âmbito dos Recursos Humanos. Desta forma é possível acompanhar através de sua explanação:

Teria que ter essa discussão de recursos humanos, discussão interna em nível de Governo Municipal. Vamos discutir a relação de trabalho, em cada Secretaria em cada setor, das condições de trabalho. Isso como um todo. Isso falta. Temos sindicato, que conquistou um espaço importante na nova diretoria. Voltou a discutir a questão do funcionário, não só a questão salarial, mas de descaso. (SHEDD PEGÁZ – arquiteto)

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é de suma importância o plano de carreira para as condições de trabalho. Em que ocasiona uma melhor qualidade para os funcionários públicos.

Através da PNAS ressalta-se que:

[a] incapacidade de gerar carreira de Estado tem gerado desestímulo nos trabalhadores que atuam na área. A criação de um plano de carreira é uma questão prioritária a ser considerada. O plano de carreira, ao contrário de promover atraso gerencial e inoperância administrativa, se bem estruturado e corretamente executado é uma garantia de que o trabalhador terá de vislumbrar uma vida profissional ativa, no qual a qualidade técnica a produtividade seriam variáveis chaves para a construção de um sistema exequível (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS, 2004, p. 47).

Essa passagem nos leva novamente a reflexão sobre os pontos positivos e negativos de ser um funcionário público, porque às vezes existe uma estagnação dentro do funcionalismo, que conseqüentemente levar o profissional a desmotivação e a apatia. E muitas vezes se perpetuam no mesmo cargo, o que pode levá-los a desmotivação.

A falta de uma perspectiva profissional causa angústia ao trabalhador, que não vê possibilidade de crescimento dentro do setor em que atua, e por isso, possível encontrar funcionários públicos que estão a mais de dez anos no cargo, desmotivados, trabalhando de forma alienada, sem compromisso profissional, sem a intenção de criar, pois não acredita mais no trabalho que executa, por ter se transformado em algo mecânico.

Em relação ao plano de carreira Shedd adverte que:

A gente não tem carreira, e isso é fundamental para todos de uma forma geral. Você está aqui dentro, tem que saber quando você se aposenta, saber até onde você pode chegar, até onde pode galgar dentro de um serviço público. É duro aquela pessoa que entra e vai ficar naquilo por resto da vida. Você não tem nada que te motiva e referencia. Então, precisa de carreira. (SHEDD PEGÁZ – arquiteto)

A assistente social observa que há necessidade de ter uma política que evidencia a questão salarial, porque é extremamente importante, o plano de carreira cria um incentivo ao profissional.

Por isso os profissionais dentro dessa secretaria demonstraram a preocupação por uma política eficaz de RH, para que tanto a especialização

como um plano de carreira sejam efetivos dentro do funcionalismo público, conforme afirma a assistente social:

o RH é o Recursos Humanos, é o de mais precioso que tem numa empresa. Se essas pessoas não estão motivadas, não estão se sentindo cuidadas, não estão sendo capacitadas, sendo treinadas, enfim, se elas não tiverem isso, o trabalho não tem qualidade, só isso! Qualidade de trabalho é uma... Que política a gente tem para incentivar a estudar aqui? Não tem! As pessoas estudam, fazem mestrado, por vontade própria, não tem uma política, “olha se você se capacitar ou fizer curso, você ganha mais, ganha bonificação ou algum prêmio”... Não! Então... Você vê que é pela força de vontade individual de cada um, não tem uma política que incentive o aprimoramento intelectual, por exemplo, não tem uma política que priorize a saúde mental, ou a saúde física.(RAQUEL PAIVA – assistente Social)

Nessa perspectiva é de suma importância que haja uma valorização do serviço público e seus trabalhadores, para que seja possível uma melhora nas condições de trabalho, em relação a esses aspectos a PNAS salienta em uma de suas diretrizes que é importante priorizar o concurso público, pois é uma maneira de:

combatendo a precarização do trabalho na direção da universalização da proteção social, ofertando serviços de qualidade com transparência e participação e na perspectiva da requalificação do Estado e do espaço público, esta deve ser na perspectiva de ma política de recursos humanos[...]. (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - PNAS, 2004, p. 48)

Outro agravante nas condições de trabalho, observado nas entrevistas, que pode interferir na atuação do profissional, são as situações concretas e as manifestações da questão social que conforme Raquel são demonstradas nas tensões existentes:

o tráfico de drogas, os traficantes, os vendedores, não sei o termo que eles usam, há toda uma tensão na hora que a gente chega na área, porque, de alguma forma, nós estamos atrapalhando, estamos ali organizando a comunidade e a comunidade nos revela coisas. Então é difícil para nós, a gente está correndo risco de alguma forma, risco de chegar lá e de haver alguma briga entre gangues, facções, tudo isso é risco de vida, e mexe muito com o psicológico da gente. Eu não fico a vontade, tem duas áreas que eu trabalho, que eu não fico nem um pouco à vontade. Não julgando as pessoas que moram lá, que quando você faz o diagnóstico socioeconômico, você vê que são trabalhadores, pessoas que sobrevivem, que lutam muito para sobreviver, para ter uma vida digna, mas tem grupo... Que é crime isso de tráfico, crime aliciar crianças, aliciar adolescentes. E você fica impotente, porque se fizer alguma ação nesse sentido, eles te punem, eles te ameaçam, e você corre, sim, risco de vida. Então, é importante falar nisso, porque quando você urbaniza a favela, você observa que é a população mais vulnerável do ponto de vista social e econômico. (RAQUEL PAIVA – assistente social)

Além das tensões que o profissional sofre atualmente nas áreas, também é possível perceber os riscos que estes sofreram em um determinado período da história de seu trabalho da Secretaria de Habitação, Marta relembra:

Já trabalhamos aqui no período quando escorregávamos no córrego, andávamos nas vielas e pingava esgoto na gente, andava de bota e afundava o pé na fossa, então tivemos momentos que teve condições de trabalho muito precárias do jeito que os núcleos habitacionais se encontravam. (MARTA CIRERA – assistente Social)

De acordo com IAMAMOTO (2006), o profissional é provocado pelo aumento das expressões da questão social, como a violência, a falta de emprego, de moradia. Mas as políticas públicas se tornam cada vez mais insuficientes diante do grande aumento populacional. Pois a política pública como estratégia de trabalho do assistente social, nem sempre traz possibilidades para o trabalho em campo, conforme Raquel salienta:

O tráfico traz rendimentos. Uma criança e um adolescente ganham muito dinheiro com o tráfico, então, assim, um Programa que oferece sessenta reais, para uma renda mensal de trezentos, quatrocentos por semana... Então a gente não tem armas, a não ser mesmo a educação, que eu acho que é principio fundamental para reverter. Acho que é cultivar valores, é realmente formar um cidadão, e essa política, ainda é, infelizmente, “capenga”. Não vou entrar no mérito, mas eu acho que para formar cidadão, começa pela escola e pela família. Se o governo não oferece a proteção ideal. (RAQUEL PAIVA – assistente social)

No próximo item será exposto como estes profissionais desenvolvem o trabalho em equipe com os desafios e dificuldades no Programa de Urbanização de Favelas na Secretaria de Habitação no Município de Diadema/SP.

### **3. 2. O Trabalho em Equipe**

Pode-se observar nas entrevistas coletadas que o relacionamento entre as equipes é muito importante para as condições de trabalho. O que se confirma segundo (PEDUZZI, 2001, p 104) que em relação ao trabalho em equipe pode-se destacar que é *“concebida como recurso para aumento da produtividade e da racionalização dos serviços”*.

Nessa perspectiva, conforme a autora salienta, a equipe multiprofissional é concebida como uma realidade dada no trabalho cotidiano, uma vez que existem profissionais de diferentes áreas atuando conjuntamente, e a articulação dos trabalhos especializados não é problematizada.

Em relação ao trabalho em equipe na Secretaria de Habitação a assistente social ressalta:

Acho que na habitação a gente tem um respeito, uma relação muito coerente. É lógico, tem todo um trabalho no dia-a-dia, que tem algumas diferenças, algumas discordâncias de um técnico com outro, mas nada que passa do excessivo, de romper relação, de um não trabalhar com o outro. [...] eu sei que na habitação nós conseguimos construir um espaço onde as equipes se inter-relacionam. Onde as equipes respeitam o trabalho da outra equipe. Acho que enaltece o papel e a ação de cada equipe. (MARTA CIRERA - assistente social)

O arquiteto demonstra duas preocupações em relação à equipe dentro da secretaria, a primeira é o fato da falta de envolvimento daqueles que estão novos na equipe, observa que:

Antigamente havia uma integração e interação maior entre as equipes da secretaria, porque as ações de cada programa estavam muito mais interligadas, [...] mas a equipe que sempre trabalhou na SEHAB foi uma “equipe porreta” todos muito envolvidos e dando muito de si. Toda a equipe era muito profissional, desde o administrativo, passando pelos motoristas aos técnicos de ponta. Na realidade em muitos casos esses técnicos de ponta, conjuntamente com a coordenação, levavam as ações da secretaria a resultados que tinham reconhecimento internacional. (SHEDD PEGÁZ – arquiteto)

Sua segunda preocupação está relacionada à existência de funcionários comissionados que podem dificultar a continuidade dos projetos, levando a um desconforto aos profissionais, que ficam sem a segurança de que algo construído pela equipe será finalizado conforme o combinado, e assim ele relata que:

Pessoas comissionadas são passageiras, muda governo muda tudo. Por concurso você tem condições de montar equipes naquele departamento, ter técnicos fazendo parte do setor e continuando. Isso que eu acho importante. Nós tivemos em uns dois anos a falta de alguns técnicos. Assistentes sociais, engenheiros e arquitetos. (SHEDD PEGÁZ – arquiteto)

Outro aspecto do trabalho em equipe, conforme PEDUZZI, é que há uma divisão técnica do trabalho, em que existe um fracionamento, ou seja, cada profissional faz a sua parte. Contudo o cotidiano induz a uma complementaridade entre a equipe. Shedd salienta que é de suma importância a construção de uma interação.

[Para] um bem estar da equipe, porém, o mais importante é não perder a sinergia que existe entre a equipe e a coordenação de uma política coerente, porque a falta dessa interação pode vir a colocar tudo por água a baixo. (SHEDD PEGÁZ – arquiteto)

Deste modo, o trabalho em equipe envolve situações subjetivas do trabalho e há uma necessidade de uma sinergia entre os trabalhadores.

Em relação a esses aspectos PEDUZZI afirma que:

o que poderá a maior ou menor integração será a prática de argüição da técnica e da desigual valorização social dos distintos trabalhos por meio do agir comunicativo, visto que isso pressupõe não somente compartilhar premissas técnicas mas, sobretudo, um horizonte ético. (PEDUZZI, 2001, p.108).

Em relação ao trabalho em equipe o engenheiro, descreve que vai além do trabalho cotidiano, mas contempla a valorização, a persistência e o companheirismo, assim demonstra que:

Amplitude do nosso trabalho, apesar do nosso trabalho ser pouco divulgado, ou divulgado em outras estâncias, [é um] trabalho de paciência, de persistência. Ele, não se mede por custo, não estou dizendo a valorização racional. [...] é um trabalho de formiguinha, que corre anos e anos. [...] Diadema há dezoito anos atrás [...] toda época de chuva quando a gente chegou aqui era uma calamidade, soterramento, alagamento e a gente veio fazendo a cada ano. [...] Uma hora e isso é muito gratificante, muito sólido, vai fazer um conjunto habitacional que é interesse da população, tudo bem é um processo e a gente está num processo bem adiantado, pra chegar até lá muita coisa, muito pé no chão de barro.(JOSÉ ARMANDO - engenheiro)

Deste modo, percebe-se que a identificação com os objetivos do trabalho é de suma importância quando se atua na Urbanização de Favelas, pois auxiliam no objeto de trabalho que é a questão social e suas manifestações.

É interessante observar que o assistente social trabalha no acesso da população às políticas sociais entre as quais se destaca a política habitacional. SANTOS (2006) afirma em sua dissertação, que é por ter como objeto de trabalho a questão social, esse profissional passa a obter reconhecimento para aplicação dos programas sociais. Conforme afirma:

(...) o reconhecimento institucional do Serviço Social se dá através da “questão social”, pois a partir do momento em que o Estado passa a intervir com políticas sociais, prestando serviços sociais à população, traz a necessidade da ação profissional do assistente social, como elaborador, executor e avaliador de programas sociais. (SANTOS, 2006, p.82).

O profissional de engenharia salienta a importância do trabalho em equipe com a finalidade de construir um trabalho voltado para a qualidade das ações:

E é isso [que] eu acho trabalho técnico aliado com trabalho social, e a vontade de fazer uma política honesta, uma política justa, por parte dos cidadãos que não têm quase nada. Não é um trabalho com urbanização, não é só isso. É uma proposta que no final compensa e tem retorno com a população, como gente, como cidadão, adquirir direitos. (JOSÉ ARMANDO – engenheiro)

Um aspecto relevante na equipe é a comunicação entre os profissionais, pois é o denominador comum do trabalho, o qual decorre da relação recíproca entre trabalho e interação.

Conforme PEDUZZI existem três tipos de comunicação entre as equipes. A primeira é a externa, que é caracterizada com a não interação entre a equipe. Posteriormente é a comunicação estritamente de caráter pessoal, quando os sentimentos de amizade sobrepõem nas relações de trabalho. E por fim, é a comunicação, quando é concebida e exercida como dimensão inerente ao trabalho em equipe.

O terceiro aspecto, e o mais significativo, para o trabalho em equipe, a sinergia na construção conjunta de linguagens, objetivos e propostas comuns. Segundo PEDUZZI, o trabalho é *“construído por meio da intrínseca relação entre execução de intervenções técnicas e comunicação dos profissionais. Trata-se da perspectiva do agir comunicativo no interior da técnica”* (PEDUZZI, 2001, p.106).

A assistente Social Mauricléia salienta que as equipes têm uma relação adequada, mas segundo a comunicação explícita:

Eu acho que a relação entre as equipes, do meu ponto de vista, eu diria que é boa. Tem alguns problemas? Tem. A comunicação é uma delas, a informação é uma delas. (MAURICLÉIA SANTOS – Assistente Social)

Em relação ao âmbito pessoal, a assistente social ressalta as dificuldades inerentes a todo trabalho em equipe, em que o trabalho desenvolvido pela equipes também se inter-relacionam com outras instâncias. Podendo ser confirmado por meio de sua explanação

Não tem só uma equipe de trabalho, a gente se relaciona com outras equipes e o trabalho profissional exige da gente que se estabeleça relações profissionais. E o que se observa é uma cultura aqui da cidade, as relações se dão num âmbito ainda muito doméstico, do compadrio, então, não estou falando, talvez eu também estabeleça essa relação, mas eu observo isso muito, então acaba dando conflito. Numa equipe você tem vaidades, as pessoas têm egos, as pessoas têm limites [...]. Não é fácil trabalhar em equipe [...] você tem colegas de mais tempo. Então, as pessoas se sentem ameaçadas, criando grupos, e isso acaba refletindo no trabalho. E então você tem que ter habilidade para contornar situações e sair delas da melhor maneira possível, não é fácil, tem discordância, estranhamentos, eu estranhei bastante algumas coisas, mas aí você vai entendendo, não aceitando [...] você tem que entender o contexto do outro, aceitar algumas coisas, que às vezes para você é difícil. (RAQUEL PAIVA – assistente social)

O trabalho em equipe se desenvolve com o objetivo de facilitar o trabalho a ser executado, pois esta estratégia profissional contribui para a união de vários pensares em busca de um produto final, porém todo esse processo passa pela discussão de um planejamento que vai direcionar as ações desse grupo, assim o corpo profissional se sente mais seguro, tendo em vista como fazer e para que fazer.

Para o trabalho em equipe o planejamento e a organização são ferramentas importantes para que o trabalho seja eficiente e eficaz. Assim, o próximo item será discutido o planejamento.

### **3.3. Como se Estabelece o Planejamento no Programa de Urbanização de Favelas**

Dentro dos estudos realizados chegou-se a constatação que o homem, através do trabalho, consegue transformar a natureza, obtendo assim um produto que se realiza através de um processo, mas que para isso, antes de sua ação sobre a matéria, o homem deve planejar de que forma vai agir para alcançar seus objetivos.

Dessa forma, entende-se o planejamento como algo essencial para o trabalho, pois é um instrumento que auxiliará na organização das ações a serem tomadas e que possibilita traçar caminhos, avaliar e construir uma

metodologia de trabalho, para que assim esse homem consiga alcançar seu objetivo inicial.

Segundo BAPTISTA o conceito de planejamento refere-se:

ao mesmo tempo, à seleção das atividades necessárias para atender questões determinadas e à otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso (recursos, prazos e outro); diz respeito, também, à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e às providências necessárias à sua adoção. Ao acompanhamento de execução, ao controle, à avaliação e à redefinição da ação. (BAPTISTA, 2007, p.13)

Dentro do Programa de Urbanização de Favelas foi possível constatar que o ato de planejar também é de suma importância, como em qualquer trabalho, pois será através dele que os profissionais envolvidos nesse programa terão mais clareza de como executá-lo de forma mais eficiente, para atender efetivamente a demanda assistida. Isso se pode constatar na fala do arquiteto do programa que sintetiza como são planejadas as ações:

Em cada programa as equipes possuem um planejamento que foi discutido anteriormente com a participação de toda a secretaria (coordenação, técnicos e estagiários). Através desse planejamento as equipes estabelecem um cronograma com a coordenação imediata e colocam em prática as ações. (SHEDD PEGÁZ – arquiteto)

Essa fala deixa claro como é importante para o profissional o planejamento, para que ele sintá-se seguro no trabalho que está executando, pois possuirá maior clareza das ações que serão tomadas. Isso traz também um nível de segurança ao profissional.

A assistente social, MAURICLÉIA, discorreu sobre sua experiência no planejamento do Programa de Urbanização de Favelas, pode-se notar que não só a participação dos profissionais é importante na hora do planejamento, mas também de todos os atores envolvidos, ou seja, trabalhadores e comunidade. *“Nós temos uma reunião de planejamento, que é feita todo ano, além de coisas que são construídas junto com as associações de moradias, com os moradores”.*

O entendimento que o planejamento é um instrumento significativo para qualquer trabalho, fica evidente na fala dos profissionais entrevistados, conforme ressalta o engenheiro ARMANDO, que demonstra que o

planejamento é entendido como um processo dinâmico e que necessita de continuidade dos resultados e soluções.

Esse trabalho [planejamento] já foi pré-estabelecido em alguns anos atrás e a gente tenta manter esse trabalho nas equipes multidisciplinares. Se não fosse assim, já teria ido embora. Ter uma visão de trabalho, não como técnico, [...] requer [um] certo trabalho. (JOSÉ ARMANDO – engenheiro)

Porém, no processo de planejar, apesar de trazer certa estabilidade ao grupo profissional por definir ações, pode também trazer algumas angústias, quando esse mesmo grupo não coloca em pauta questões de suma importância para o trabalho no cotidiano. A assistente social Raquel deixa explícito esse aspecto, quando relata que alguns temas não são abordados no planejamento da equipe:

Acho que é uma deficiência que a gente tem, planejar ações, é sentar, discutir, organizar, e tudo é muito corrido. A gente tem reunião de equipe, pelo menos a cada 15, 20 dias. E tem o planejamento geral da Secretaria uma vez por ano. A única coisa que eu senti dificuldade é que o último planejamento, os dois que eu participei, não teve recursos sendo discutido. Então, é difícil planejar ações sem ter recursos sendo discutidos, é a única ressalva que eu faço. (RAQUEL PAIVA – assistente social)

O arquiteto coloca, ainda, um outro aspecto do planejamento, que nem sempre ele sai como foi definido, e que quando as ações não se dão da forma como foram planejados, os profissionais sofrem um desgaste muito grande:

(...) muitas das ações possuem interfaces externas, sejam com outras secretarias e programas externos, ou mesmo com a própria participação da comunidade, através dos mutirões, esse cronograma pode sofrer constantes atrasos, por diversos motivos: não cumprimento do prazo por outros setores, falta de material, atraso nos pagamentos de contratos, desmobilização da comunidade, etc. Tudo isso pode ser motivo de alteração no cronograma e desgaste para a equipe e governo. (SHEDD PEGÁZ – arquiteto)

Para o trabalho, o planejamento não pode ser um processo estático, mas que no decorrer do processo as ações sejam reavaliadas e rediscutidas, pois é um processo dinâmico, que é na verdade, uma necessidade do próprio profissional de reavaliar suas ações e de rever o projeto, muitas vezes pela demora de sua finalização. Conforme a assistente social relata:

Há uma morosidade nesse processo [planejamento], e sempre voltamos a discutir o projeto, porque já esquecemos, porque a população já mudou. Então, toda vez que vamos intervir naquela área, naquela quadra, voltamos tudo de novo, parece um disco quebrado, mas na realidade é porque há mudança pela questão da demora do processo. (MAURICLÉIA SANTOS - assistente social)

Nesse aspecto, a ação de rever o que já foi planejado pode tanto reforçar a segurança nas ações, quanto trazer uma desmotivação ao profissional, devido à demora da finalização do trabalho a ser executado, que parece ao profissional não estar gerando resultados efetivos à demanda.

Conforme expõe a assistente social, apesar de existir problemas, pois muitas vezes as ações ficam no plano emergencial, mesmo havendo um planejamento prévio, deste modo conta que:

Tenho feito a reunião de acompanhamento aos trabalhos dos estagiários de supervisão. A gente tenta manter uma rotina de equipe de reunião semanal, onde tem os chefes de divisão, onde planeja as atividades [...], e teoricamente a gente deveria ter uma reunião de planejamento anual, ela acontece mais assim o planejamento de forma, acho que ai está o problema, a gente consegue manter na questão de organizar o que tem que fazer. Acho que no dia-a-dia da ação em certo período do ano a habitação acaba entrando no trabalho emergencial nas ações do dia-a-dia. A questão do planejamento tem uma dificuldade no convívio da equipe como um todo, uma coisa mais orgânica para acompanhar e avaliar o planejamento no dia-a-dia, de retomar o planejamento, e dar outro rumo para o planejamento para replanejar. Acaba pautando na questão do dia-a-dia. Eu vejo isso com problema na questão embora de certa forma tentamos manter no dia-a-dia um espaço de discussões, tenta travar algo de ordem mais geral. (MARTA CIRERA – assistente social)

Porém, todo planejamento exige definição de prioridades, para que ele possa se desenvolver, porém, como em qualquer grupo de trabalho, existem interesses e pontos de vistas diversos, e por isso nas instituições públicas possuem um Gestor, este é o responsável por definir prioridades de trabalho. O que pode dividir opiniões dentro da equipe, mas que deve ser acatado por todos. Porém mesmo com a presença do gestor o profissional não pode deixar de ter uma autonomia, de propor, mesmo que essa autonomia seja relativa. Conforme Raquel demonstra em sua fala: expondo que:

Quem define prioridades, é o gestor, não somos nós, lógico que a gente aponta algumas coisas que observamos, mas quem define é o gestor, então cumprimos aquilo que a política está determinando. (RAQUEL PAIVA – assistente social)

Porém essa fala demonstra também como, muitas vezes, o profissional se vê coagido a seguir o que é determinado pelo coordenador do grupo, independente se essa decisão vai ou não de encontro com o desejo da maioria.

Ou seja, o trabalhador assalariado sofre com a falta de liberdade sobre o produto que ele vai produzir, através do seu trabalho. Ele não decide, como o artesão decidia como queria seu objeto, o trabalhador, como em vários momentos de sua história, trabalha em certos momentos como as abelhas, apenas cumprindo uma tarefa de forma alienada.

E por isso, faz-se necessário ao assistente social ser mais que um trabalhador executivo, mas também propositivo, para conquistar espaços, mesmo que sua autonomia seja relativa, é através do seu posicionamento é que ele realmente vai fazer a diferença e, da mesma forma, vai sentir uma maior realização profissional, deixando de ser uma mera “abelha”.

Será na ação profissional que esse trabalhador obtém uma certa autonomia, pois expõe suas idéias, e que pode ser ou não aceita, mas que causa satisfação ao profissional, pois ele coloca sua autonomia de pensar e refletir sobre a ação. Conforme a assistente social explicita:

[A autonomia é] Relativa, em algumas situações, acho que quando eu atendo o usuário, quando a gente está fazendo reuniões com a comunidade. Autonomia é relativa, porque tem horas que nós não temos poder sobre algumas questões, por exemplo, a política da Secretaria não é de edificar moradia, no caso do atendimento emergencial. Na minha avaliação, a gente tinha que sim, reconstruir uma moradia, garantir uma moradia digna, mas na política da Secretaria não é. Então às vezes a gente briga, mas assim, acho que aos poucos isso vai mudar, mas é uma briga, certo?! Porque eu não considero maderiti uma moradia digna, mas a gente tem que atender emergencialmente com isso, eu tenho autonomia? Falar, não constrói... não, não tenho, mas eu gostaria. Por outro lado, posso conversar com o morador, apontar caminhos que eles podem estar solicitando direitos. Então, está vendo? Eu tenho uma relativa autonomia, de falar: “O senhor tem direito”, “senhor vai ali, vai aculá”, de mostrar como a pessoa pode lutar pelo direito dela, mas não tenho o poder de determinar. .(Raquel Paiva – assistente social)

Compartilhando do posicionamento da colega de trabalho, Mauricléia salienta que a autonomia no planejamento, bem como nas ações é relativa:

Acho que na questão da autonomia no trabalho, com diz a Marilda “toda autonomia é relativa no trabalho social”, haja vista os limites institucionais. Recursos é um limitador, você construir um projeto sem recurso financeiro? Não existe! O trabalho social sem recurso? Não existe! Ele tem que ter recursos, por quê? Nós queremos televisão, nós queremos incrementar nosso trabalho com fotos, é um registro, queremos passar um filme, precisamos de televisão, de um vídeo, isso é recurso, nós ficamos dependendo do recurso, e isso é um limitador, e nisso não temos autonomia, porque nós vamos comprar uma televisão? [...] Temos que pensar no nosso equipamento como um todo e nas pessoas. Então, nós temos uma autonomia que é relativa, haja visto todos problemas que nós, as vezes, enfrentamos. Do andamento das decisões, nos não podemos tomar todas decisões. Nos podemos influir nas decisões, acho que temos que ser propositivos, dizer, falar, isso nós temos condições de fazer, de argumentar. Mas existe um gestor, existe um gestor da política, e existe um gestor maior que é o Prefeito. Tem coisa que não depende só da equipe, do assistente social, do arquiteto, do engenheiro, tem coisa que por mais que nós tenhamos todo esse trabalho de planejamento, equipe, não sei o que, mas tem decisões que são maiores. Nem a própria secretaria pode, em alguns momentos, tomar decisões só, não é? Tem que primeiro falar com o Prefeito, que vai decidir. (MAURICLÉIA SANTOS, assistente social)

Diferentemente a assistente social, Marta narra que existe uma autonomia na Secretaria, em relação a outros trabalhos:

a gente tem bastante autonomia na secretaria, tem muita área que não conquistou isso não, aqui, na habitação faz discussão da política. Isso também, acho, que tem local que não tem não tem cavar o espaço da política de discutir a gestão e não faz isso. Tem espaços que a gente assumi a posição cômoda, de atender o plantão de fazer a ação emergencial de trabalhar aquilo que me atribui. Acho que alguns profissionais, em alguns locais que fazem aquilo que a instituição determina, mesmo de empresa ou outra instituição, o profissional é gabaritado. Ai, acho, que é a linha hoje das empresas do setor público de fazer opção de gestão, de fazer opção do planejamento integrado é uma coisa muito importante, uma coisa é discutir planejamento. Você ganha autonomia automaticamente das ações. O que é autonomia é discutir o que vai fazer e discutir o que vai fazer é aceitar está na ponta da ação, da proposta e dos recursos que existe. (MARTA CIRERA, assistente social) ,

O arquiteto salienta que há um planejamento, mas que há uma necessidade de entender todo o processo para que seja possível ter autonomia na área, observa que:

A equipe, isso que estou falando se tem bem claro a política, agente trabalha. Se agente não tem muito claro isso fica um pouco difícil. Planejamento para mim é muito fundamental para definir como agente vai atuar, ter um planejamento [ e autonomia], quando você discuti quais são as prioridades para atual. Ai, você defini quais são suas proposta de trabalho, como você vai atuar, se não você fica totalmente vendido, porque não tem mais critérios. Então a equipe perdeu a função técnica porque hoje tem que ir a área e não definir critérios, tinha que ser feito lá [com os moradores], pois já tinha essa discussão. Já tinha critérios definido sabendo como atuar. Hoje está difícil a relação com a comunidade. É importante definir uma política e metodologia de trabalho, é essa e acabou então mudou bastante.(SHEDD PEGÁZ, arquiteto)

Assim, segundo DOWBOR (1987) o planejamento tem que ser pensado como uma forma de descentralização. Todavia, para que isso aconteça é necessário que as decisões sobre a utilização de recursos sociais não sejam adotadas somente por uma pessoa de forma centralizada, ou seja, por um grupo de técnicos, mas que sejam tomadas em nível local ou pelas próprias pessoas que deverão gerir os recursos.

O planejamento no trabalho é importante conforme MARX (1997), o trabalho é algo vital à vida humana, pois possibilita a socialização do homem e também sua emancipação. E essa emancipação tem que acontecer de maneira que possa participar de todo o processo.

Assim, conforme foi exposto nas falas dos entrevistados, as condições de trabalho do assistente social, permeia por questões como planejamento, trabalho em equipe e condições materiais, físicas de trabalho, sendo que cada um desses aspectos estão interligados. Dessa forma, o trabalhador busca em seu cotidiano adaptar-se ao seu ambiente de trabalho de forma a criar condições apropriadas para o desenvolvimento de suas funções, o que demonstra a capacidade de criar possibilidades e meios de propor.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

Este trabalho proporcionou às pesquisadoras compreender as condições de trabalho dos assistentes sociais na Secretaria de Habitação no Município de Diadema, a partir das bibliografias estudadas, da pesquisa de campo e da explanação das entrevistas. Foi possível entender de que forma a Política Habitacional é efetivada no Programa de Urbanização de Favelas em Diadema.

Nosso objetivo geral, que era compreender as condições de trabalho do assistente social, no programa de Urbanização de Favelas na Secretaria de Habitação do município de Diadema acreditamos ter sido alcançado no decorrer da pesquisa. Dentro do pesquisado foi possível perceber que as transformações ocorridas no mercado de trabalho nas últimas décadas afetaram de um modo geral, todas as profissões e o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho também sofreu esse impacto.

Todavia, um aspecto que foi verificado na pesquisa é que, mesmo que essas condições concretas como, por exemplo: condições materiais, planejamento e trabalho em equipe, interfiram na atuação do assistente social, este não é o fator determinante para seu trabalho diário, sendo visto pelos profissionais apenas como um obstáculo a ser superado, um desafio que leva ao crescimento dos profissionais envolvidos. A maioria dos entrevistados relatou que mesmo com os condicionantes para o trabalho, conseguem desenvolver seu trabalho com qualidade.

Um aspecto que chamou a atenção do grupo em relação às condições de trabalho dos profissionais que atuam no programa foi em relação ao plano de carreira, no qual é um facilitador do trabalho além de estimular os profissionais e valorizar a categoria, porém na secretaria, conforme foi evidenciado na pesquisa, não há um plano de carreira, apesar de todas as

reivindicações dos funcionários para que seja efetivado esse direito não obtiveram resultados positivos. Isso poder ser visto como um fator negativo para o trabalho, porque esses profissionais efetivados em regime estatal não têm uma perspectiva de avanço profissional, caindo na rotina.

Outro aspecto relevante no trabalho é em relação à Política de Recursos Humanos, entendendo ser de suma importância, que devido às observações realizadas pelas pesquisadoras em campo e a execução de entrevistas, detectou que os assistentes sociais sentem a falta de um melhor planejamento dos recursos, porque vêem que somente através dessa política que podem ter maior motivação através de programas contínuos de capacitação, treinamento e incentivo ao estudo, para que seja possível um aprimoramento intelectual e um melhor aproveitamento do trabalho.

Percebemos que a Política Habitacional é de suma importância à população, pois a moradia é uma necessidade básica para o ser homem, ou seja, é uma questão de sobrevivência, de abrigo, de proteção, bem como um direito garantido Constitucionalmente. O assistente social que trabalha no acesso a essa política habitacional visa garantir uma qualidade da moradia digna, mas sendo um problema estrutural do modo de produção na sociedade capitalista ocasionado por um agravamento da desigualdade social, torna-se um desafio para o profissional, que conforme a pesquisa mostrou-se disposto a assumir o desafio, em que os profissionais sentem-se movidos a lutar e se realizam com as vitórias alcançadas.

No decorrer da pesquisa os assistentes sociais que trabalham no Programa de Urbanização de Favelas nos relataram que mesmo com uma política que visa garantir acesso, muitas vezes, não tem possibilidade de uma atuação visando um planejamento com a população, ou seja, programando quais são as prioridades, inclusive de recursos público. Foi ressaltado que quem indica os lugares são os gestores. Visando um atendimento democrático, achamos que é interessante ter a participação da população nas decisões. Mas dificilmente acontece a participação plena da população.

Isso é uma agravante no trabalho do assistente social junto à equipe, porque não pode fomentar uma discussão mais ampla com a população referente ao recurso determinado para os projetos, são contratados pela

Secretaria de Habitação, e não se discute com a população, somente os critérios e as ações mais emergenciais, que acabam por ser seletiva e dificilmente garantem direitos para todos os moradores.

A partir das entrevistas e da observação percebemos que nessa perspectiva, muitas vezes, a população não tem total acesso aos serviços oferecidos pelo poder público, mas os assistentes sociais atuam para que seja possível desenvolver ações no sentido de enfrentar os desafios no que diz respeito às limitações institucional, como também quanto das mudanças que aconteceram no mundo do trabalho.

Acreditamos que é de suma importância a intervenção do assistente social na busca da equidade. O trabalho do profissional esta pautada nos princípios do código de ética profissional, porque na atuação na política habitacional de Diadema seu trabalho deve ser voltado o mais próximo possível das ações democráticas e participativas, reforçando a importância da organização da população, para que seja possível efetivar direitos garantidos na Constituição Federal brasileira.

Assim, baseadas nas nossas observações chegamos à conclusão de que nossa hipótese de que as condições pouco adequadas de trabalho do assistente social no Programa de Urbanização de Favelas da Secretaria de Habitação em Diadema influenciam negativamente as ações profissionais no enfrentamento das expressões da questão não foi totalmente confirmada, porque os profissionais que atuam em Diadema demonstraram ter um espaço de trabalho em que pode propor e ter uma atuação, independente de programas ou ações governamentais, tendo assim uma autonomia, mesmo que relativa, e que são profissionais que ao longo dos tempos conquistaram credibilidade diante da população e de outros profissionais.

Outro fator que não podemos deixar de observar é que esses trabalhadores, pelo fato de serem concursados, possuem estabilidade de emprego, e outros benefícios como um piso salarial maior se comparado ao que é pago em outras instituições, carga horária reduzida, participação no planejamento, trabalho com uma equipe estável, esses benefícios se comparados com outras administrações públicas, trazem uma segurança ao

profissional, que tem maior facilidade de atuar de forma mais qualificada, pois tem maior incentivo para o trabalho.

Em suma, entendemos com esse estudo, que o trabalho do assistente social é importante na consolidação dos direitos sociais, bem como das políticas públicas, mesmo com as limitações institucionais percebemos que é falsa a idéia de que as condições de trabalho do assistente social na Secretaria de Habitação em Diadema é pouco adequada, e mesmo tendo algumas limitações, isso não influencia negativamente a ação do profissional. Sendo que os profissionais procuram atuar com o objetivo de atender a população com qualidade, em busca de garantir um direito, no caso a moradia, mantendo-se fiel ao seu compromisso profissional.

Vimos que em alguns casos, como o de Diadema, existe um compromisso profissional, e que até mesmo pela historia do município, que sempre foi um local muito politizado, propícia ao serviço social manter seu compromisso ético diante da demanda.

Vemos na atuação profissional de Serviço Social em Diadema como um modelo a ser seguido por outras administrações públicas, mas que existem pontos que merecem ter uma maior atenção, como a Política de Recursos Humanos, visando à melhoria na qualidade de trabalho, bem como uma maior atenção aos fatores emocionais, pois alguns entrevistados relataram a dificuldade de se atuar em áreas mais violentas e que isso pode afetar de alguma forma, esse profissional.

Acreditamos que é interessante haver uma efetiva elaboração e aprovação de um Plano de Carreira para que os funcionários possam ter um incentivo maior e que o atendimento não caia nas práticas rotineiras que geralmente afetam o profissional da área de assistência social.

Outro aspecto que é interessante para as condições de trabalho dos assistentes sociais em Diadema é aumentar o número de funcionários concursados na secretaria, já que houve uma redução na carga horária. No qual o número seja de acordo com os núcleos que trabalham, pois os números de funcionários existentes, até o presente momento, são escassos em relação à demanda, o que nos parece, a longo prazo, acabar causando uma sobrecarga de trabalho para equipe.

Dessa forma, vemos a importância dos concursos públicos, tanto para propiciar o aumento do efetivo, como no sentido em que os funcionários contratados por esse regime possam dar uma continuidade aos projetos, independente de quem está no governo.

É recomendável que haja contratação de assessoria especializada para auxiliar no trabalho da equipe, pois, muitas vezes, alguns projetos necessitam de um conhecimento específico sobre as exigências do financiador.

Ficou demonstrada nas falas a importância de existir uma assessoria técnica para todos os funcionários da secretaria, que possibilite um diálogo sobre o trabalho diário que viabilize alternativas para a atuação.

No trabalho com os moradores notamos a escassez de recursos e de materiais pedagógicos, didáticos e audiovisuais, para ação junto à população, o que poderia melhorar as condições para desenvolvimento dos projetos.

Podemos afirmar que todas as condições de trabalho influenciam diretamente qualquer profissional, mas, por acreditarmos que de alguma forma o trabalho dentro de uma Secretaria Municipal interferisse negativamente na ação dos profissionais, temos a sensação que os serviços prestados pelos profissionais não são de qualidade, o que podemos notar que não ocorre no caso de Diadema, mas que mesmo com o espaço conquistado, ainda há expectativas por parte dos trabalhadores, referente as condições de trabalho, que devem ser avaliadas para que possa chegar em um nível mais amplo de satisfação dos profissionais envolvidos.

## 5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALBORNOZ, S. **“O que é trabalho”**, São Paulo, Brasiliense, Coleção primeiros passos, 6ª Edição, 2000.

ANTUNES, R. **“As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais”**, São Paulo, Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_ **“Adeus ao trabalho Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho”**, São Paulo, Cortez, 1998.

BARROCO, M. L.S **“A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social, Serviço Social: formação e projeto ético-político”**, **“Serviço Social e Sociedade”** ano XXV nº79, Cortez, 2004.

BAPTISTA, M. V. **“Planejamento: Introdução a Metodologia do Planejamento Social”**, São Paulo, 3. ed. 1991

BONDUKI, N. **“Habitação e Autogestão”**, São Paulo, Fase, 1992.

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. **“Política Social: fundamentos e história”**, São Paulo, Cortez, volume 2, 2006.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: **“CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL; CONSTITUIÇÃO FEDERAL”**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio de Toledo Pinto, Márcia Cistina Vaz dos Santos Windt e Lívia Céspedes, São Paulo, Saraiva, 2ª. Edição, 2006.

COELHO, M. C. S. **“Espaço de direitos é mais que direito a espaço. O processo de urbanização de Favelas em Diadema (1983 – 2006)”**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Faculdade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP. 2008).

COSTA & LIMA, *Política Habitacional Brasileira* **“Serviço Social e Sociedade”** ano XXV nº79, Cortez, 2004.

DE GRAZIA, G. **“Tempo de trabalho e desemprego: redução de jornada e precarização em questão”**, São Paulo, Xamã, 2007.

DIADEMA. "**Plano Diretor**", Jornal Diadema. Caderno C. Lei Complementar nº25 de 25 de Janeiro, São Paulo Município de Diadema. 1994.

DOWBOR, L. "**Introdução ao Planejamento Municipal**". São Paulo, Brasiliense,1987.

FORUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. "**Resoluções do Encontro Nacional, Rumo a Conferencia Nacional das Cidades: Uma Outra Cidade é Possível**". Junho de 2003.

GUARDINI, N. H. "**Assistência Social em Diadema, uma análise histórica.**" Diadema. 2006.

GONÇALVES, M. C. V. "**in Capacitação em Serviço Social e Política Social, modulo III**" UNB Centro de Educação Aberta, continuada a distância. Brasília, 2000.

GOUNET, T. "**Mundo do Trabalho**", **Revista Debate Sindical**, São Paulo, nº. 10, 1992.

HOBBSAWN, E. J. "**Era dos Extremos – O Breve Século XX**", São Paulo, Cia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_ "**A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**", São Paulo, Cia das Letras, 1997.

IAMAMOTO, M. V. "**Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho formação profissional**", São Paulo, Cortez, 10<sup>o</sup> Edição. 2006.

\_\_\_\_\_ "**Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**", São Paulo, Cortez CELATS, 15<sup>a</sup> Edição, 2006.

KAUFMANN, J.N. "**Turbulência no mundo do Trabalho. Quais são as perspectivas?, Multifaces do Trabalho, "Serviço Social e Sociedade"**", ano XXIII nº 69, Cortez, 2002.

KOWARICK, L. "**A espoliação urbana**", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2<sup>a</sup> Edição. 1993.

**LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA O SERVIÇO SOCIAL**, Coletânea de Leis, decretos e regulamentos para instrumentalização do Assistente Social, CRESS-SP, São Paulo, 2<sup>a</sup> Edição, 2006

MARX, K. "**O Capital, critica da economia política**", Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

- MINAYO, M. de S. **“O desafio do conhecimento, pesquisa quantitativa em saúde”**. São Paulo, Hucitec-Abrasco, 7ª Edição, 2000.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES **“Política Nacional de Habitação”, Cadernos MCidades Habitação**, Brasília, 2006.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL **“Política Nacional de Assistência Social - PNAS”**, Brasília, 2004.
- MOTA, A. E., **“ in Capacitação em Serviço Social e Política Social, modulo III”** UNB Centro de Educação Aberta, continuada a distância. Brasília, 2000.
- OLIVEIRA, C, R. **“História do Trabalho”**, São Paulo, Ética, 4ª edição, 1998.
- OLIVEIRA, I. C. E. **“Estatuto da Cidade; para compreender...”** Rio de Janeiro. IBAM/DUMA. 2001.
- PEDUZI, M. “Equipe Multiprofissional de Saúde: conceito e tipologia”. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo. 2001
- PREFEITURA DE DIADEMA. SEHAB. **“Documento Base: I Encontro Municipal de Habitação”**. 1993.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA **“Política Habitacional Diadema”**. Novos rumos com participação popular Diadema (Gestão 2001/2004).
- RODRIGUES, A. M. **“Moradia nas cidades brasileiras”**, São Paulo, Contexto, 4ª Edição, 1991.
- SANTOS, M. S. **“A Política habitacional no município de Diadema e a intervenção do assistente social (1994 – 2004)”** Dissertação ( Mestrado em Serviço Social) Faculdade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(PUC-SP). 2006.
- YAZBEK, M. C. **“Os fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade”** Capacitação em Serviço Social e Política Social – Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais módulo 4 CFESS/ ABEPSS/ CEAP/ Ned . UNB
- VANNUCHI, P. **“História da greve de 89 - 30 anos de luta”**. Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Gráfica e Editora FG, 1989.

**Site:**

A NOVA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS  
<http://www.planejamento.gov.br> visitado 31/08/2008 às 02h57m 1997 DF  
Brasília.

Estatuto da Cidade - breve histórico – <http://www.urbanidades.arq.br>; visitado  
dia 22/09/2008 23h:32m.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; <http://ww.mte.gov.br/> visitado em  
17/08/2008 às 23h37m

MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO,  
1997; <http://www.servidor.gov.br>, \_**1997**, visitado em 20/08/2008 às 11h30m.

SEADE <http://www.seade.gov.br> visitado 01/06/2008 às 13h24m

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>, visitado em 31/08/2008 às 14h30m